
TRAVESTILIDADES
NEGRAS
Movimento Social,
Ativismo e Políticas Públicas
FONATRANS
BLACK TRANS BRAZIL

TRAVESTILIDADES NEGRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Travestilidades negras : movimento social, ativismo e políticas públicas / [coordenadores Jovanna Baby, Jessyka Rodrigues]. -- 1. ed. -- Picos, PI : Ed. dos Autores, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-16389-5

1. Ações afirmativas 2. Identidade de gênero 3. Pessoas transgênero - Brasil 4. Pessoas transgênero - Direitos fundamentais e sociais 5. Pessoas transgênero - Identidade 6. Políticas públicas 7. Racismo - Aspectos sociais 8. Travestis I. Baby, Jovanna. II. Rodrigues, Jessyka.

24-229126 CDU-347.628:613.885

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas transgênero : Direito civil 347.628:613.885

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Expediente

Coordenação:

Jovanna Baby

Coordenação de Pesquisa:

Jessyka Rodrigues

Auxiliares de Pesquisa:

Edmar Ferreira

Cris Lacerda

Capa:

Lör

Diagramação e Arte Final:

Rodrigo Moara

FALE COM O FONATRANS

Site Oficial: www.fonatrans.com

E-mail: fonatran@gmail.com

Instagram/Twitter/Facebook: @fonatrans

Telefone/WhatsApp: (89) 99470-8399



INDACA ODARA

Qui de lê odaras e u ó acuendando e batendo indaca, babados das adés dunduns. Monas, erês, amapoas e cacuras. Bajubá bafônico desacuendado odaramente pelo mitiê de monas dundun - FONATRANS no Brasil. O qui lê de ojun aqui é odara para a life.



“NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE”

SIMONE DE BEAUVOIR





SUMÁRIO

1. **CARURUCAIA TRANS DUNDUN DO CEARÁ** **7**
2. **CONHECENDO O FONATRANS** **9**
3. **HISTóRIA DO FONATRANS** **10**
4. **APRESENTAÇÃO** **11**
5. **METODOLOGIA** **19**
6. **PRESENÇA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS NAS RESPOSTAS DESSA PESQUISA** **21**
7. **ANÁLISE DOS DADOS** **25**
   a) Faixa etária 25
   b) Identidade de gênero 26
   c) Orientação sexual 27
   d) Raça/Etnia 27
   e) Você é uma pessoa com deficiência? 29
   f) Silicone industrial injetável 30
   g) Frequenta regularmente a unidade de saúde? 31
   h) Religião 32
   i) Escolaridade 33
   j) Estuda atualmente? 34
   k) Motivos que levaram a abandonar os estudos 35
   l) Situação de violência 37
   m) Emprego formal 38

n) Trabalho informal 39
o) Renda 40
p) Nome civil retificado 41
q) Povoamento por estados da região Nordeste 42
r) Porcentagem por estados da região Nordeste 44
s) Porcentagem por estados da região Norte 45
t) Porcentagem por estados da região Centro-oeste 46
u) Porcentagem por estados da região Sudeste 47
v) Porcentagem por estados da região Sul 48
w) Religião 49
x) Políticas públicas 50
y) Importância do movimento social organizado de travestis e transexuais 51
z) Apoio familiar 53
aa) Programa social como bolsa família 55
bb) Políticas públicas específicas para a população trans 56
cc) Direitos enquanto trans 57
dd) Criminalização da lgbtqia+fobia 58
ee) Políticas públicas voltadas para travestis e transexuais 59
ff) Instituição do movimento social 60
gg) Participação de travestis e transexuais na política 63

8. INDICATIVO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS TRANS NEGRAS E NEGROS SOB A óTICA DA INTERSECCIONALIDADE 65

9. CONCLUSÕES 68

10. CONHEÇA A TRAVIARCA-MOR DO MOVIMENTO TRANS BRASILEIRO 70

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 73

CACURUCAIA TRANS DUNDUN DO CEARÁ

A nossa mona cacura abaixo é uma adé dundun, mona chefe do mitiê de monas do estado do Ceará.



THINA RODRIGUES

“SOU UMA MULHER TRAVESTI, E NINGUÉM E NENHUMA INSTITUIÇÃO VAI DIZER QUE EU NÃO SOU UMA MULHER TRAVESTI”

JOVANNA BABY





CONHECENDO O FONATRANS

O Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros - FONATRANS é uma organização social composta por travestis, transexuais e homens trans negras e negros, reconhecida nacional e internacionalmente pelo trabalho que desenvolve no enfrentamento ao racismo transfóbico e é uma instituição componente do movimentos negro e LGBTQIAPN+, que contribui para travestis e transexuais negras e negros terem acesso à justiça e à reparação dos danos causados a essa população pela sociedade brasileira, realiza o acompanhamento de casos de violência e racismo. Bem como ações de promoção da cidadania plena e a luta contra a xenofobia, o racismo, transfobia, machismo, misoginia, sexismo, feminicídio, intolerância religiosa e todas as formas de opressão. Sua atuação é uma resposta à vulnerabilidade social e econômica, considerando os altos índices de violência racista e transfóbica no Brasil e violações de direitos sofridos por essa população.

O FONATRANS é uma organização de abrangência nacional, com 79 organizações afiliadas distribuídas em todo o território nacional. Além disso, há pessoas físicas afiliadas à organização em diversos municípios, tanto nas capitais quanto no interior dos estados e do Distrito Federal. A instituição conta com profissionais que prestam serviço voluntário em suas ações e projetos por todo o Brasil.



HISTÓRIA DO FONATRANS

O FONATRANS nasceu da percepção de que, mesmo dentro da população travesti e transexual (população T), havia quem tivesse maior vulnerabilidade social: a população T negra. A missão é ser um espaço de inclusão e aglutinação à militância trans negra e visa a articulação com o Poder Público, com o Terceiro Setor e a iniciativa privada, tendo como objetivo cobrar das autoridades que promova a criação de políticas públicas específicas e estratégicas, e a ampliação do acesso a políticas públicas existentes.

O FONATRANS nasceu em 2013 e, em 2015, realizou o I Encontro Nacional de Travestis e Transexuais Negras em Porto Alegre - evento de formação política para a população trans negras que se repete anualmente.

Em parceria com outras organizações LGBTQIAPN+, realiza importantes ações de advocacia na defesa de direitos humanos.



APRESENTAÇÃO

O relatório dos dados coletados na pesquisa “Travestilidades Negras: movimento social, ativismo e políticas públicas” dados pioneiros no Brasil que representa um esforço coletivo do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS) de evidenciar as diferentes questões que envolvem o acesso às políticas públicas da população travestis e transgêneros negras no Brasil, entender a participação do Estado no processo de construção de ações afirmativas e elucidar a participação do movimento social organizado como produtor de políticas públicas.

A sociedade brasileira é palco de inúmeras demonstrações de preconceito e discriminação. Casos de racismo e transfobia não são raros e impactam diretamente a vida de pessoas que não se enquadram no sistema cis-heteronormativo branco. França (2017) destaca a violência simbólica sofrida pela população de travestis e transexuais negra, visto que há uma dificuldade em acessar direitos básicos, e mesmo quando conseguem encontram muita dificuldade em transformar a própria realidade social.

Quando considerada a interseccionalidade e encruzilhadas enfrentadas pela população de travestis e transexuais negra é possível compreender como estas se tornam ainda mais vulnerabilizadas. A interseccionalidade não é uma narrativa teórica de excluídos. Os letramentos ancestrais evitam pensarmos em

termos de “problema de negro”, “problema de mulher”, e “questão de travestis” (AKOTIRENE, 2019). Grada Kilomba (2019) sinaliza que as diferenças são sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns dos outros.

Bento (2011) aponta a dificuldade da sociedade em lidar com as diferenças, configurando-se como um espaço de reprodução de valores hegemônicos, excluindo e invisibilizando o que se distancia desses valores. A autora destaca, ainda, a hostilidade do Brasil em relação à população de travestis e transgêneros negra, fator que culmina na exclusão social, marginalização e morte.

A população de travestis e transexuais negras e negros trazem em suas corpas marcadores sociais que quando são somados acabam por fazer com que estes sujeitos vivenciem uma maior exposição que agudizam as vulnerabilidades sociais, no entanto, como nos aponta Audre Lorde (2016), é importante ter em vista que não existe uma hierarquia de opressão. É preciso compreender como cada sujeito e sujeita enfrentam as mais diferentes violências e diante desse cenário ouvir aqueles que são silenciados, compreendendo as vivências relacionadas à negligência do Estado.

As lutas históricas de travestis e transexuais negras e negros no Brasil datam do processo de formação do Estado Brasileiro, conforme nos diz a professora Jaqueline Gomes de Jesus (2019), intelectual travesti negra, que faz o resgate ancestral de Xica Manicongo e a reivindica como uma corpa transvestigenere, cujo termo cunhado pela travesti e ativista Indianarea Siqueira.

Xica Manicongo nossa *AncesTrava* se apresentava como ameaça para o sistema colonial que se colocava à época. Ela representava ruptura na lógica de raça e gênero produzida e institucionalizada pelo patriarcado branco. Foi, portanto, condenada a vestir-se de forma a agradar aqueles que a perseguiam, a namoradeira, como era conhecida pelo seus, teve sua sentença lançada: a não adequação à norma significava ir para fogueira.

A partir deste caso, podemos ter a premissa do que poderia ser apontado como um indício institucional da implementação do projeto de genocídio de nossa população. No contexto da pós-abolição, os negros permaneceram condenados a viverem num mundo que não se importou em tratá-lo como ser humano e nem como “igual” NASCIMENTO, 2016). Esta lógica permaneceu,

aprimorou-se fazendo com que a transfobia possa ser compreendida como ferramenta tecnológica do racismo.

No livro Bajubá Odara (2021), a *AncesTrava* Jovanna Baby faz um resgate histórico de como se deu o processo de formação do movimento social organizado de travestis e transexuais no Brasil. Ela apresenta minúcias do processo de articulação política e estratégias para a construção de mecanismos que pudessem garantir a vida de travestis e transexuais no Brasil.

Em processo que poderia ser entendido no que Zélia Amador de Deus (2008) conceitua como negritude em movimento, travesti e transexuais negras através dos terreiros desenvolveram um dialeto próprio para se proteger. Neste processo, foram acolhidas e acolheram, o que evidencia a relação ancestral entre travestis e o povo negro.

O movimento social figura papel de destaque no processo de emancipação de travestis, transexuais e não bináries; foram através das suas lutas que se construiu as poucas políticas públicas existentes para a população transvestigênere, como o acesso ao nome social e depois ao nome civil de acordo com a sua identidade de gênero, às participações no congresso brasileiro, resultado das estratégias e lutas coletivas que fortalecem e consolidam possibilidades de vida.

A luta e a resistência da população de travestis e transexuais negras são ancestrais, com caminhos tortuosos. Porém, é neste emaranhado de relações de poder que emergem rebeliões orquestradas por negras e negros, criando, a partir disso, um movimento nomeado por essa população de “aquilombamentos”. O movimento de aquilombar-se ou o “quilombismo” não é só uma estratégia de sobrevivência e de agir politicamente; esse dispositivo foi construído para resistir às inúmeras facetas coloniais e para confrontar práticas abolicionistas, racistas e transfóbicas que impedem essas corpas negras de gozar da liberdade (DAVID, 2018).

De acordo com a análise da mulher negra Beatriz Nascimento (2021) sobre a categoria quilombo, essa articulação não deve ser compreendida apenas como um espaço de construção de estratégias de enfrentamento ao sistema escravocrata. Esse movimento de rebeldia da população oprimida surge para contribuir para a transformação social e para promover paz para esse

agrupamento. Na bibliografia eurocêntrica, o quilombo não passava de uma manifestação por liberdade e pelo enfrentamento do sistema escravocrata. Esse pensamento ocorria em razão do distanciamento da população negra da escrita, corroborando com narrativas que não vivenciaram o quilombo, mas eram validadas por serem brancas e letradas.

De acordo com o texto intitulado “O perigo da história única”, da mulher negra nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009), somos capturadas e capturados por histórias e livros de pessoas cisgêneras brancas. Essa negação é um projeto de apagamento da historicidade da população negra. Ademais, o quilombo tem como objetivo enaltecer, regatar e não deixar morrer a cultura da população negra. Dialogamos com a perspectiva de Ester Xavier (2021) em sua dissertação, de que essa rede de solidariedade/aquilombamento é construída historicamente, não somente para dar resposta à engrenagem colonial ou como resistência a esse sistema visceral e violento. Existe, sobretudo, para criar um mundo de possibilidades e afetos.

Para Abdias Nascimento (2019), o Quilombismo se configura como um movimento desobediente e político, organizado pela população negra com o intuito de implantar um Estado Nacional Quilombista, espelhado no modelo da república dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país. Desse modo, o quilombismo é posto como um aspecto ideológico na trajetória sociopolítica da população negra no Brasil. Visto que o colonialismo estabeleceu um processo de segregação das populações negras na diáspora, "[...] os esforços que estas fazem a fim de manter uma condição de autossuficiência cultural levam a uma grande luta por mobilização e conscientização dos afrodescendentes” (PEREIRA, 2011, p. 48).

Os quilombos foram os primeiros territórios de liberdade para a população negra. Nesse sentido, a proposta de Aquilombamento para as Travestilidades negras é de um dispositivo de poder que visa a criação de linhas de fuga de tudo que nos coloca no lugar da “impotência”, ou seja, a paralisação frente à angústia do horror da Violência de Estado para, em potência, um cuidado com o horizonte desejante, a partir da perspectiva libertária e da luta “antiafronecrotransfóbica” e da desinstitucionalização dessas opressões estruturantes em nossa sociedade.

O Aquilombamento também é uma estratégia utilizada pelas travestilidades negras como forma de sobrevivência e resistência contra um

Estado que produz ferramentas de aniquilamento e apagamento dessa população. Utilizamos a palavra apagamento para desmascarar discursos, pois a sociedade nitidamente nos vê, ainda que seja à margem, mas não se manifesta para transformar essa realidade. No Brasil, a mulher travesti negra Jovanna Cardoso (2021) é uma das precursoras na construção do Aquilombamento travesti quando, em 15 de maio do ano de 1992, juntamente com outras travestis: Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Monique Du Bavieur e Claudia Pierre, constroem a ASTRAL, primeira organização de travestis e transexuais, destacando-se como a primeira da América Latina, tendo em vista que outras instituições eram compostas por gays, lésbicas e travestis.

Seguindo estratégias epistemológicas do aquilombamento, ferramenta que atua na descolonização da nossa mente, da nossa corporalidade, que nos conecta com nossa ancestralidade e nos chama para transformar nossa história numa arte de resistência e esperança por uma sociedade mais justa e igualitária, construída a partir de narrativas não brancas, não cisgêneras. Aquilombar-se, essa ação é bem maior que lutar, como aponta o homem negro cisgênero Joselicio Júnior (2023), que nos diz:

> Aquilombar-se na atualidade é estabelecer o Autocuidado e construir espaço coletivos de afeto, de acolhimento, de escuta, de sociabilidade, de sentidos coletivos, de fortalecimento de laços, memórias e constituição de uma identidade. Aquilombar-se é se organizar, e constituir espaços que possamos refletir e agir sobre a nossa realidade. Questionar o que está posto que nos oprime e construir demandas, ações concretas, nos colocar em movimento para mudar nossa realidade. Aquilombar-se é compreender a nossa história, nossas origens, nossa cultura, resgatar nossas memórias, é lembrar o passado, para entender o presente e construir o futuro. Isso nos faz perceber o quanto a ação **Cultural e Ação Política** caminham juntas e formam uma tecnologia poderosa de organização e intervenção social. Aquilombar-se é também saber se comunicar, organizar conceitos, construir fundamentos, narrativas e estabelecer diálogo com o conjunto da sociedade (JÚNIOR, 2019, [n. p.]).

Esse dispositivo ancestral resiste e existe na contemporaneidade para possibilitar e dar continuidade a uma luta ancestral por direitos e para mobilizar

a população negra no enfrentamento de violências promovidas pelo sistema colonial, que atua cotidianamente no processo de desumanização e apagamento dessas corpas interseccionadas. Compreendemos esse dispositivo também como lugar de afetos e de solidariedade com outras populações historicamente marginalizadas e desumanizadas pelo sistema opressor.

Nessa perspectiva, a aquilombagem proferida por Françoise Vergès (2020) afirmava a possibilidade de um futuro, mesmo quando ele era negado pela lei, pela Igreja, pelo Estado e pela cultura, os quais proclamavam que não havia alternativa à escravidão – considerada tão natural quanto o dia e a noite, e afirmavam que a exclusão da população negra era algo natural. Os quilombolas tornaram visível o aspecto fictício dessa naturalização e, ao quebrarem os códigos, elas/eles operaram uma ruptura radical, que rasgou o véu da mentira.

Essa mobilização, essa denúncia está presente na vivência de travestilidades negras que lutam contra o racismo e a transfobia simultaneamente. O quilombo se reinventa, acompanhando a dinâmica de uma sociedade racista e LGBTfóbica. Atualmente, a ANTRA e o FONATRANS são considerados dois importantes quilombos que articulam questões fundamentais em torno dos direitos de travestilidades negras no Brasil. Desse modo, tornaram-se referência no monitoramento e na produção de dados sobre racismo e transfobia estrutural, considerando a interseccionalidade dessas corpas. As militâncias de travestis negras como Indianarae Sirqueira e Jovanna Baby devem ser lidas como quilombos, pois ambas as travestis articulam e mobilizam a população trans acerca da importância de se aquilombar contra a perversidade da cisbranquitude. A puta feminista Indianara Siqueira, além de utilizar sua corpa na guerra para fortalecer o quilombo, atua, no Rio de Janeiro, na direção de uma casa de acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, a Casa Nem (NASCIMENTO, 2022).

> [...] As mulheres negras e travestilidades negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras e travestilidades negras como sujeitas identitárias e políticas, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação (cis)eurocêntrica ao longo dos sécuescravidão, expropriação ciscolonial e da modernidade transracializadas e racista em que vivemos (WERNECK, 2009, p. 149).

A ciscolonialidade citada por Vergueiro (2016) nos provoca a reconhecer as relações de raça e identidade de gênero na exploração econômica e política, bem como os projetos coloniais que se apresentam através de idealizações (cis)eurocêntricas, cristãs, racistas e transfóbicas. Esse projeto desafia a análise e as interpretações com o intuito de revelar as conexões existentes no cotidiano dessas corpas interseccionadas, consolidando com a desumanização e, por conseguinte, com a morte física e social dessa população.

Esse trabalho se justifica também na sua importância para a população de travestis e transgênero negra, porque essas corporalidades interseccionadas carregam as marcas das diversas instituições como família, escola, Estado, religião dentre outras, assim como carregam as marcas de práticas de controle sobre suas corporalidades interseccionadas, produzindo exclusão, apagamento e violências em todas as instituições sociais. Assim, essa pesquisa poderá provocar reflexões acerca da importância da construção de políticas públicas de inclusão e permanência da população de travestis e transexuais negras nos espaços sociais. É nesse contexto que se insere o projeto do FONATRANS, que conduziu a pesquisa que é o tema deste relatório que busca contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas para a população de travestis, transexuais e não bináries negres, indígenas e pessoas com deficiência, no Brasil.

“EU TRAVESTI, ASSUMO QUE SOU DIVINA”

LETÍCIA NASCIMENTO





METODOLOGIA

Na pesquisa utilizou-se a metodologia dos movimentos sociais de travestis e transexuais negras sob a luz da interseccionalidade. Os questionários foram enviados para movimentos sociais LGBT e outros, em busca do público alvo, a população de travestis e transexuais negras. Os tensionamentos inseridos neste trabalho seguem o pensamento da mulher negra Conceição Evaristo (2020) ao afirmar que os movimentos da população vulnerabilizada grita para acordar a casa grande de seus “sonos injustos”.

No âmbito da desigualdade social e desigualdade racial a interseccionalidade abre caminhos acessíveis para que possamos construir coletivamente outras ferramentas com base cognitiva e conceitual para transformações de paradigmas em relação ao poder. Nesse sentido, o poder é uma das dimensões da investigação crítica da interseccionalidade. A intersecção das relações de poder produz divisões sociais nas corporalidades, com marcadores de raça, gênero, classe, sexualidade, capacidade, etnia, idade, nacionalidade e status de cidadania que, isolados, dificilmente serão compreendidos no âmbito de suas especificidades (COLLINS, 2022).

Para auxiliar no delineamento da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico de teses, dissertações e artigos científicos, na maioria por autoras negras, travestis e transexuais negras, na perspectiva de contribuir para a

construção do relatório (manifestação política) e para a análise através do diálogo com as respostas das travestilidades e transexualidades negras.

Foram aplicados questionários para esta parcela da população com perguntas sobre a vivência destas corporalidades e no preparo das instituições públicas para lidar com as especificidades do segmento. Assim, espera-se compor um banco de dados informacionais abrangente, que na comparação entre as demandas das pessoas e as justificativas do Estado, possam servir de base para a criação de ações afirmativas, de qualificação, ou mesmo projetos de lei que mitiguem a transfobia e o racismo e aprimorem os equipamentos públicos para um melhor atendimento desta população.

PRESENÇA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS NAS RESPOSTAS DESSA PESQUISA

A tabela abaixo mostra os Estados e municípios que participaram da pesquisa. O formulário online é uma ferramenta de longo alcance, que sabemos ser tecnologia acessada por celulares, notebooks e computadores. Nesse sentido, entendemos que a população de travestis e transexuais negra em situação de rua não participou de forma efetiva da pesquisa. Esse destaque é para registrar que, embora a sociedade na contemporaneidade viva o auge tecnológico, algumas travestis e transexuais experienciam a exclusão digital.

NORDESTE		RESPOSTAS
Ceará 09 cidades	Fortaleza	22
	Juazeiro do Norte	07
	Maracanaú	03
	Crato	
	Camocim	02
	Sobral	
	Paramoti	01
	Russas	
	Ubajara	
Bahia 14 cidades	Salvador	12
	Camaçari	05
	Ilhéus	04
	Lauro de Freitas	03
	Valença	02
	Vitória da Conquista	
	Cairu	01
	Castro Alves	
	Jequié	
	Eunápolis	
	Porto Seguro	
	Retirolândia	
	Rui Barbosa	
	Juazeiro	
	Picos	08
	Teresina	05
	Parnaíba	

Piauí 10 cidades	Campo Maior	02
	Luzilândia	01
	Demerval Lobão	
	José de Freitas	
	Piracuruca	
	Ipiranga do Piauí	
	Valença	
Maranhão 07 cidades	São Luís	11
	Caxias	04
	Imperatriz	02
	Timon	
	Barreirinhas	01
	Codó	
	São Bernardo	
Pernambuco 09 cidades	Recife	06
	Caruaru	04
	Olinda	03
	Jaboatão dos Guararapes	02
	Paulista	01
	Lagoa dos Gatos	
	Garanhuns	
	Araripina	
	Petrolina	
Paraíba 05 cidades	Campina Grande	04
	Sousa	03
	João Pessoa	02
	Cajazeiras	01
	Campo Grande	
Sergipe 04 cidades	Aracaju	06
	São Cristóvão	01
	Poço Redondo	
	Arauá	
Alagoas 03 cidades	Maceió	04
	Arapiraca	02
	Delmiro Gouveia	01
Rio Grande do Norte 03 cidades	Natal	02
	Assú	01
	São Gonçalo do Amarante	

SUDESTE		RESPOSTAS
São Paulo	São Paulo	14
	São Bernardo do Campo	03
	Santos	02
	Bauru	
	Osasco	
	Guarulhos	
	São Caetano do Sul	

14 cidades	Jundiaí	01
	São Vicente	
	Araraquara	
	Ribeirão Preto	
	Itaquaquecetuba	
	Paulo de Faria	
	Assis	
Rio de Janeiro 13 cidades	Rio de Janeiro	30
	Nova Iguaçu	06
	Maricá	05
	Barra do Piraí	02
	São Gonçalo	
	Campos dos Goytacazes	
	Araruama	
	Mesquita	01
	Barra Mansa	
	Iguaba Grande	
	São Pedro da Aldeia	
	Cabo Frio	
	Niterói	
Minas Gerais 10 cidades	Belo Horizonte	03
	Ibirité	01
	Pavão	
	Ribeirão das Neves	
	Uberlândia	
	São João Del Rei	
	Itabira	
	Teófilo Otoni	
	Janaúba	
	Barbacena	
Espírito Santo 04 cidades	Vitória	02
	Linhares	
	São Mateus	01
	Colatina	

NORTE		RESPOSTAS
Pará 09 cidades	Altamira	07
	Santarém	02
	Redenção	
	Belém	
	São Caetano de Odivelas	01
	Bragança	
	Cametá	
	Breves	
	Marabá	
Amazonas 04 cidades	Manaus	08
	Apuí	02
	Parintins	01

	Itacoatiara	
Rondônia 03 cidades	Porto Velho	02
	Vilhena	01
	Ji-Paraná	
Acre 03 cidades	Rio Branco	05
	Sena Madureira	01
	Assis Brasil	
Amapá 02 cidades	Macapá	04
	Santana	01
Roraima 02 cidades	Boa Vista	02
	Rorainópolis	01
Tocantins 02 cidades	Araguaína	04
	Palmas	03

CENTRO-OESTE		RESPOSTAS
Goiás 05 cidades	Goiânia	10
	Luziânia	02
	Santo Antônio do Descoberto	01
	Formosa	
	Trindade	
Mato Grosso 03 cidades	Várzea Grande	01
	Lucas do Rio Verde	
	Rondonópolis	
Mato Grosso do Sul 02 cidades	Campo Grande	02
	Corumbá	01
Distrito Federal	Brasília	06

SUL		RESPOSTAS
Paraná 04 cidades	Ponta Grossa	04
	Curitiba	02
	Foz do Iguaçu	01
	Londrina	
Rio Grande do Sul 10 cidades	Porto Alegre	02
	São Borja	
	Gravataí	01
	Pelotas	
	Santa Maria	
	André da Rocha	
Santa Catarina	Florianópolis	09
	Joinville	02
	Chapecó	01
	Jaraguá do Sul	
	São José	
	Ouro Verde	

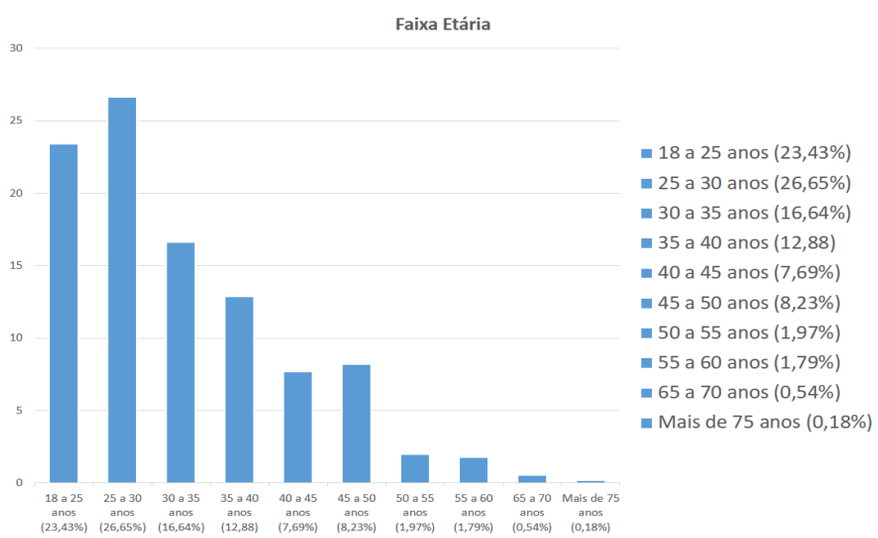
ANÁLISE DOS DADOS

Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigou, pela primeira vez, o perfil da comunidade LGBTQIA+ em nosso país. Os dados divulgados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS): Orientação sexual autoidentificada da população adulta brasileira, indicou que 2,9 milhões de pessoas maiores de 18 anos se declararam lésbicas, gays ou bissexuais. Ou seja, 94,8% da população adulta, o que equivale a 150,8 milhões de pessoas, identificaram-se como heterossexuais; 1,2%, ou 1,8 milhão, declararam-se homossexuais; e, 0,7%, ou 1,1 milhão, declaram-se bissexuais.

Acreditamos que tais dados possam estar subnotificados, pois o preconceito por parte da sociedade pode fazer com que as pessoas não se sintam seguras em declarar a própria orientação sexual (IBGE, 2019).

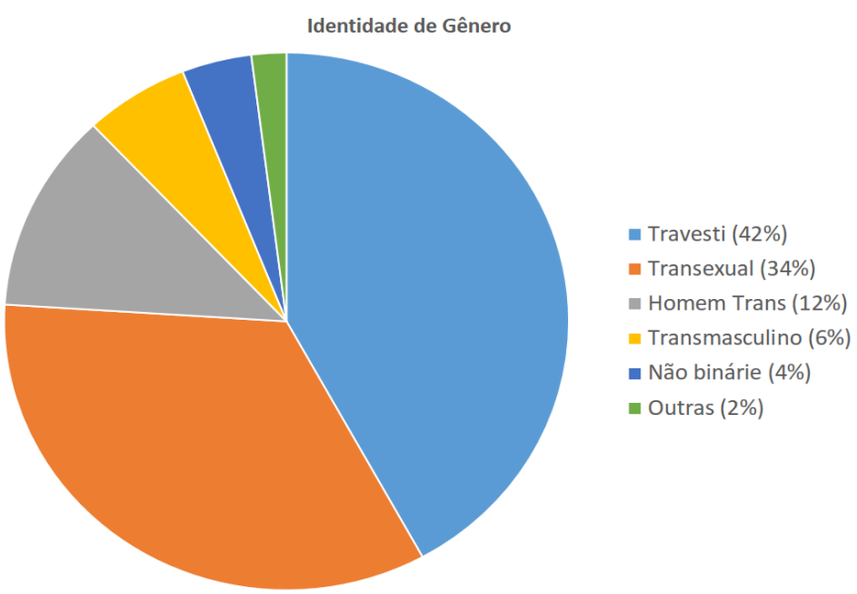
Além disso, a PNS não coletou dados sobre identidade de gênero, que ajudariam a identificar, por exemplo, o número de pessoas trans e, a partir disso, fazer uma interrelação com a população negra no Brasil.

Por isso, o primeiro bloco de perguntas do formulário desta pesquisa começa com o levantamento de dados pessoais com o intuito de delimitar, por amostragem, o perfil etário, a identidade de gênero/orientação sexual e raça/etnia da população de e travestis e pessoas trans negras em âmbito nacional.



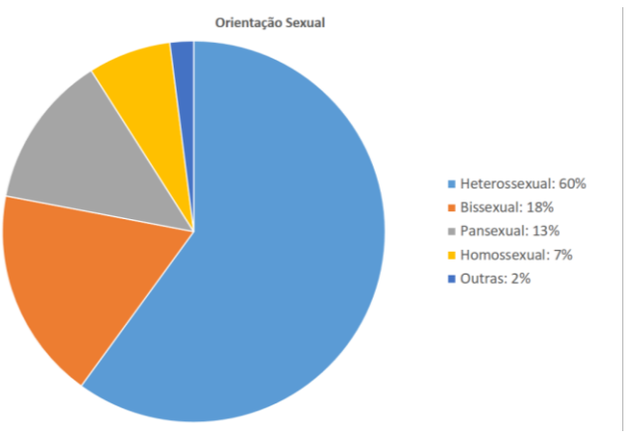
A faixa etária indicou que a maioria das/os respondentes está em idade produtiva. O percentual de entrevistados entre 18 e 25 anos foi de 23.43%, enquanto 26.65% estão entre dos 25 a 30 anos, seguido por 16.64% entre 30 a 35 anos, depois 12.88% entre 35 a 40 anos, 7.69% entre 40 a 45 anos, 8.23% entre 45 a 50 anos, despencando para 1.97% entre 50 a 55 anos, fechando em 1.79% entre 55 a 60 anos.

IDENTIDADE DE GÊNERO



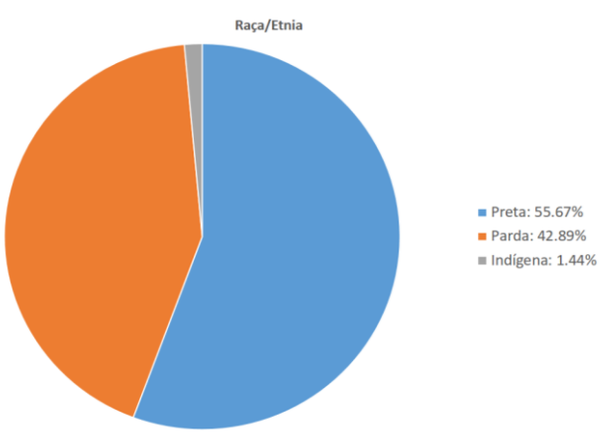
No que se refere à identidade de gênero, de acordo com o gráfico, 42% dos respondentes se identificaram como travestis, 34% como transexuais, 12% como homens trans, 6% como transmasculines, 4% como não bináries e 2% se identificaram com outras identidades. Os movimentos sociais de travestis e transexuais têm travado uma luta contra o apagamento da identidade Travestis tendo em vista que foram as travestis que iniciaram a luta por justiça social. A expressão das travestilidades na pesquisa evidencia que os movimentos contra o travesticídio lograram êxito e mostra o quanto essa identidade tem se fortalecido.

ORIENTAÇÃO SEXUAL



No quesito orientação sexual, 60% dos respondentes se identificaram como heterossexuais, 18% como bissexuais, 13% como pansexuais, 7% como homossexuais e cerca de 2% identificaram-se com outro tipo de orientação sexual.

RAÇA/ETNIA



Sobre raça/etnia, 55.67% dos respondentes identificaram-se como pessoas pretas, 42.89% como pardas e apenas 1.44% como indígenas.

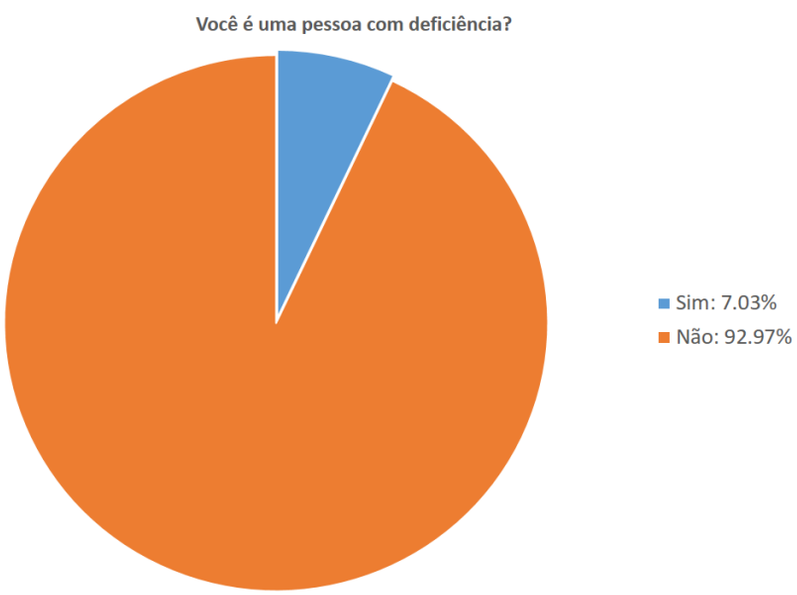
Enfatizamos que ainda que as pessoas se leiam como pardas não estão imunes ao racismo estrutural que atinge a população não branca. A escritora negra cisgênera Neusa Santos (2021) ao afirmarmos que “saber-se negra” é compreender que travestilidades negras, na sua trajetória, são massacradas, subalternizadas e alienadas por não pertencerem a uma identidade branca cisgênera, cristã, que se afirma como uma identidade “original” e, mais do que isso, é desvelar processos de desumanização contra essas corporalidades interseccionadas.

A população de travestis e transgêneros, devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos violados, e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade, sobretudo, quanto ao acesso e atendimento nos serviços públicos de saúde em sua integralidade. Uma violação encontrada em todas as esferas sociais

As dinâmicas de exclusão social fazem com que grupos marginalizados, como a população de travestis, transexuais e não-bináries tenham direitos básicos, negados, por serem rotuladas enquanto corpos antinaturais, se somatizam quando se fala em pessoas negras (BROILO & JESUS, 2022).

A partir da iminente necessidade de produção de dados de saúde da população tranvestigênere negra, para elaboração de ações voltadas para as demandas específicas dessa população. Neste segundo bloco, nossa intenção é a de contribuir para a reflexão sobre alguns dos fatores que podem interferir de maneira substancial no processo inclusivo de saúde integral destas corporalidades negras.

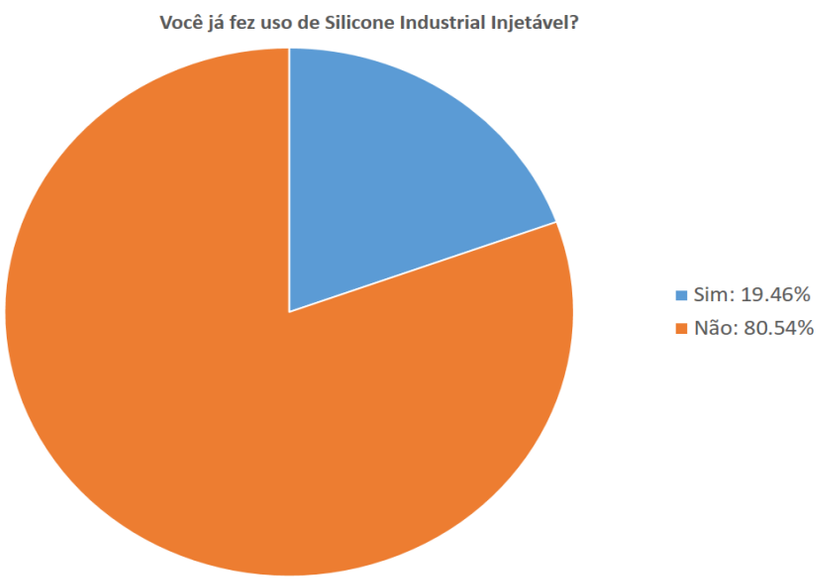
VOCÊ É UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?



Entendendo a importância de promover a inclusão de pessoas com deficiência em nossa pesquisa, incluímos a pergunta ao nosso formulário, indicando que somente 7.03% dos respondentes possuem algum tipo de deficiência e que 92.97% não possuem. Essa informação faz tensionamentos ao Estado e sociedade no que diz respeito a ausência da construção de políticas públicas para travestis e transexuais sem levar em consideração que essa população não é constituída somente por pessoas sem deficiência. Ademais a inclusão deve ser pautada por especificidades para além dos marcadores sociais de raça e gênero e quando construída sobre outra perspectiva se

configura com o que Kimberlé Crenshaw (2002) chamou de interseccionalidade discriminatória.

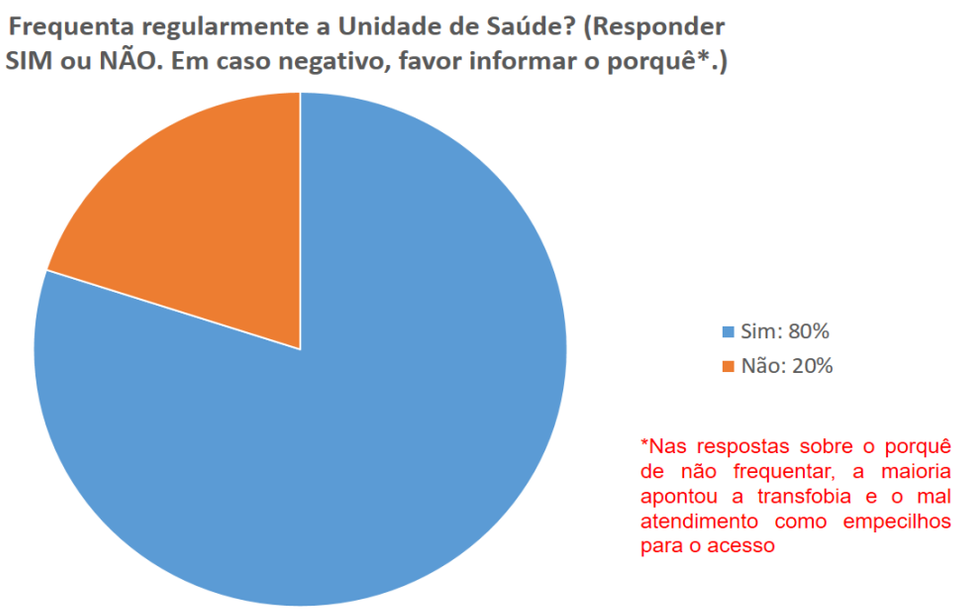
SILICONE INDUSTRIAL INJETÁVEL



O uso de silicone industrial injetável é assunto que desperta um alerta especial no que diz respeito à saúde da população de travestis e transexuais. O poder público e o sistema de saúde, não oferecem assistência e infraestrutura necessária para atender às respectivas necessidades desse grupo de pessoas. Assim, pela pouca oferta de cirurgias de redesignação sexual, inclusão de próteses de silicone, intervenção hormonal e sessões de hormonização e depilação a laser, a maioria dessa população acaba procurando procedimentos de baixo custo, muitas vezes ilegais, colocando a própria vida em risco. Os dados coletados nesta pesquisa, indicou que apenas 19.46% dos respondentes fizeram a aplicação da substância, enquanto que a maioria, cerca de 80.54% não aplicaram". Nossa proposta não é criminalizar travestis e transexuais que aplicaram o silicone industrial injetável, ou as que manifestam desejos em aplicar e sim provocar a reflexão sobre a responsabilidade do Estado na construção de

políticas públicas de redução de danos causadas pelo um sistema de saúde que não supre as especificidades da população de travestis e transexuais. No que diz respeito a 80.54% não usar o silicone industrial injetável: um ponto positivo que atribuímos aos movimentos de travestis e transexuais que arduamente promovem debates sobre esse tema e outros negligenciados pela sociedade e Estado. o homem trans Paul Preciado (2020) aponta que a população de travestis e transexuais é exilada dos direitos socias por serem desobediente das normas de gênero. O preço para as corporalidades negras desviantes dos padrões é a exclusão e a negação do status de ser humano.

FREQUENTA REGULARMENTE A UNIDADE DE SAÚDE?

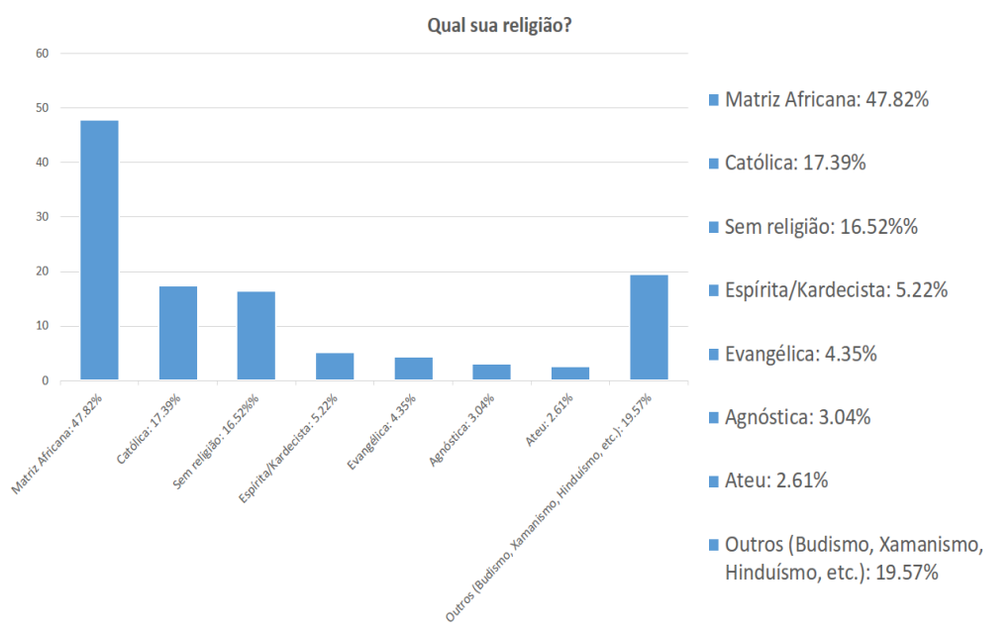


Procurando entender quantas travestis e transexuais transvestigêneres pretas buscam atendimento regularmente nas unidades de saúde, 80% responderam que sim e 20% responderam que não. Nas respostas sobre o porquê de não frequentarem os equipamentos de saúde, a maioria apontou a

transfobia e o mau atendimento como empecilhos para o acesso ao sistema. No Brasil temos várias gambiarras estatais em forma de políticas públicas para travestis e transexuais. Em 2008, o Ministério da Saúde através da Portaria de nº 457, institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o processo transexualizador, regulamentando a cirurgia de redesignação sexual para mulheres trans em hospitais públicos ou privados. Entretanto, a fila de espera para acessar esse procedimento é longa, causando frustração e adoecimento mental para mulheres travestis e transexuais. Os desafios em acessar a cirurgia neovagina em hospitais privados existem e para conseguir as mulheres travestis e transexuais precisam judicializar a causa que em geral o processo é moroso e adoecedor.

O acolhimento é a principal queixa da população de travestis e transexuais negras, apontam as pesquisas. O acolhimento é uma ferramenta importante para que esta população se sinta pertencente aos espaços de saúde, entre outros. O desrespeito ao nome social e a identidade de gênero são parte do processo de desumanização dessas corporalidades negras.

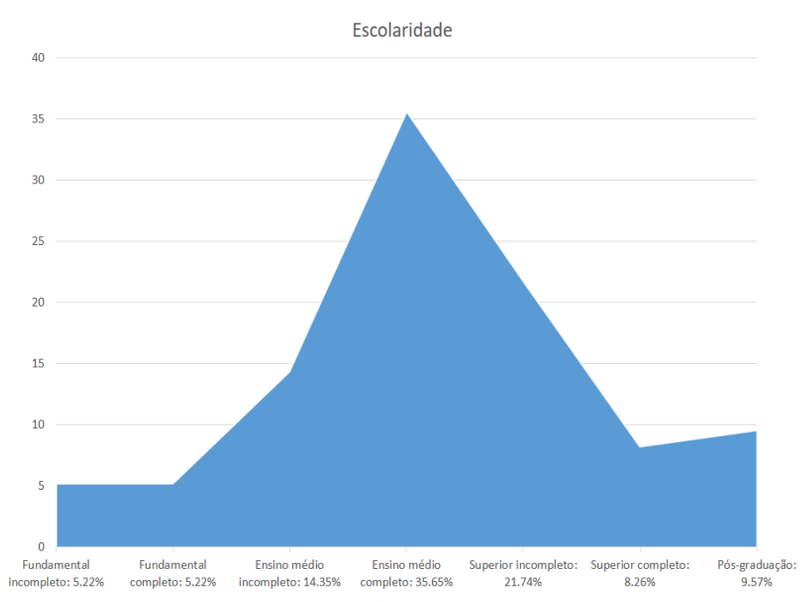
RELIGIÃO



A relação entre religiões, transvestigêneres e o povo preto, têm sido um assunto de grandes discussões ao longo dos anos. Enquanto algumas religiões têm adotado uma postura inclusiva e acolhedora em relação à população de travestis, transexuais e não-bináries, outras têm se mantido firmes em suas crenças tradicionais, que muitas vezes condenam a nossa identidade de gênero. As categorizações de gênero são criadas de acordo com as determinações da sociedade cis-heteronormativa, “seguindo padrões criados pelos homens ou pelas religiões” (MORAES, 2019). Diante desse cenário complexo, nossa pesquisa identificou que no perfil religioso desta parcela da população 47,82% é de matriz africana, caindo para 17.39% de católicos, novamente caindo para 12.17% de pessoas sem religião, seguido por 5.22% de espíritas/kardecistas, 4.35% de evangélicos, depois 3.04% de agnósticos, 2.61% são ateus e 19.57% declararam ser de outras religiões, como budismo, xamanismo, hinduísmo, etc.

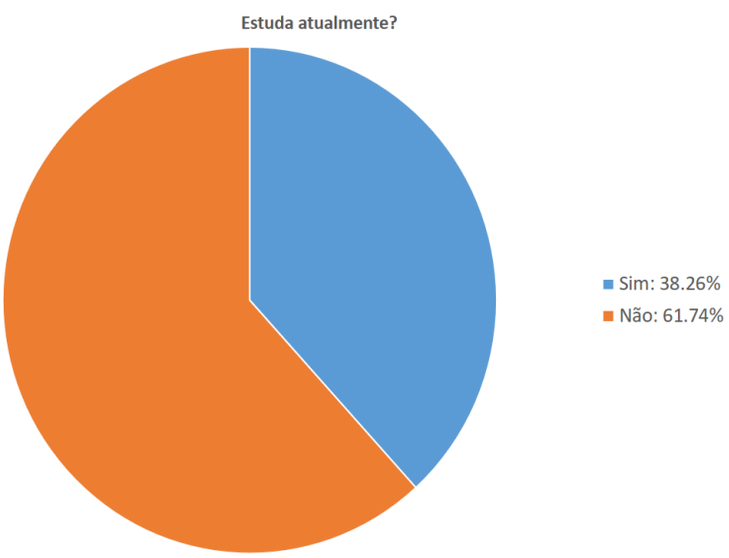
Em virtude da construção sócio-histórica cis-héteronormativa, a escola é um espaço social instituído a partir da colonização que carrega intrinsecamente determinações da sociedade patriarcal que a estabelece.

ESCOLARIDADE



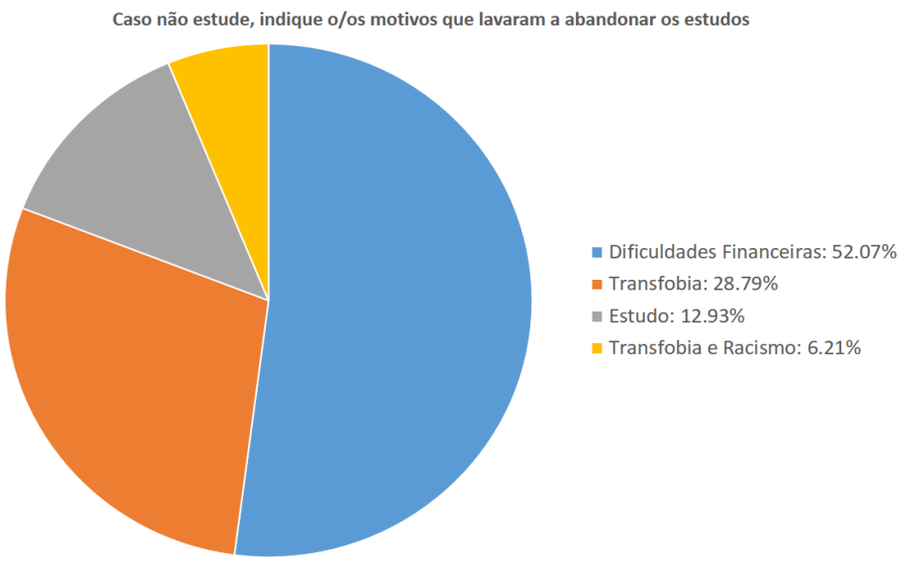
Neste campo, por causa do preconceito e dos estigmas, pessoas transexuais, travestis e não-bináries, sobretudo negras, são expulsas e excluídas do ambiente escolar, o que acaba influenciando e limitando o acesso destes grupos da educação básica até o ensino superior. Nossa pesquisa indicou que no perfil escolar dos respondentes, 9.57% possuem pós-graduação, 8.26% possuem ensino superior completo, 21.74% possuem ensino superior incompleto, 35.65% possuem Ensino Médio completo, 14.35% possuem Ensino Médio incompleto e 5.22% possuem Ensino Fundamental Incompleto.

ESTUDA ATUALMENTE?



Além disso, cerca de 61.74% dos respondentes informaram não estudam mais e, que, 38.26% ainda estão no ambiente escolar.

MOTIVOS QUE LEVARAM A ABANDONAR OS ESTUDOS



A pesquisa indicou também que 52.07% pararam de estudar por conta de dificuldades financeiras, que 28.79% não estudam mais por conta da transfobia e que 6.21% deixaram de frequentar a escola por conta da transfobia somada ao racismo.

De acordo com a mulher cis negra Kilomba (2020), a boca é um símbolo com características ancestrais de enunciação. No âmbito do transracismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência. No período de escravização e na contemporaneidade, representando o que a cisbranquitude almeja e precisa controlar e, consequentemente, o órgão que, historicamente, tem sido alvo da censura. O silenciamento de travestilidades negras no cotidiano escolar não se dá somente através de mordaças, pois consideramos o Estado uma extensão desse dispositivo opressor, quando não se manifesta diante das denúncias evidenciadas por narrativas que ecoam por inclusão e pelo direito de viver com dignidade na escola/educação, entre outras esferas sociais.

Nesse sentido, o racismo e a transfobia são dispositivos de poder (GOMES, 2020; FOUCAULT, 1996), pois o poder procura atribuir ao corpo alguma utilidade, e integrá-lo ao sistema econômico. Para que esse corpo seja

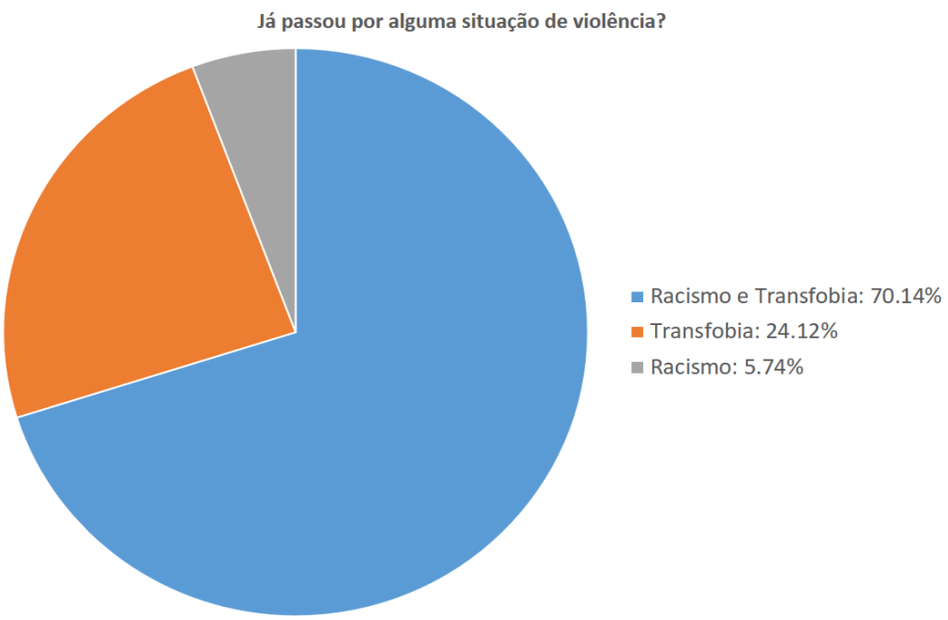
integrado a esse sistema econômico, é preciso passar por uma máquina de adequação, a partir de regras e normas bem definidas e, nesse cenário, a escola tem uma participação fundamental na produção e reprodução do modelo de uma sociedade disciplinar, corroborando com o policiamento de corpas com marcadores de gênero, raça e classe. Esse processo reverbera na expulsão e no não pertencimento de travestilidades negras, que está ancorado na invisibilidade, no apagamento e no aniquilamento dessas corporalidades interseccionadas.

A Colonialidade introjetou na sociedade brasileira a representação de que os padrões cis-heterossexuais eurocêntricos são normas sociais a serem universalizados e a uniformizados a partir de práticas racistas, tão bem evidenciados pela interseccionalidade, pois a diversidade de gêneros e de sexualidades, se combinam na opressão aos corpos que o patriarcalismo considera dissidentes (SOUZA, 2024). O estratagema foucaultiano chamado de "biopoder" (FOUCAULT, 1996), permitiu ao Estado decidir sobre quem deve morrer e quem deve viver. E o racismo e a transfobia (justificado pela equiparação da homofobia e da transfobia ao crime de racismo nos termos da Lei do Racismo n.º 7.716/89, pelo Supremo Tribunal Federal, em junho de 2019), seriam, portanto, elementos fundamentais para as situações de violência.

A Afronecrotransfobia cunhado por Yordanna Rego, mulher negra cis (2019) anuncia nesse conceito a política de extermínio real e simbólico a população de travesti e transexuais negras, políticas que decidem quem vai viver e quem morrer. A morte é a consolidação de toda essa política de aniquilamento.

No entanto antes do estágio final essa população é isolada da família, da escola e dos espaços públicos de lazer, cultura e esporte, restringe as redes de afeto e apoio, tira do mercado de trabalho, direcionando compulsoriamente à prostituição e subempregos, tudo parte do processo de desumanização dessa população.

SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

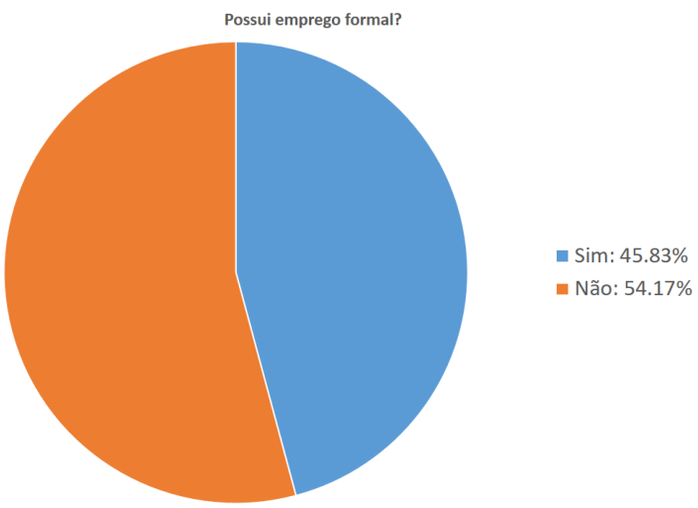


Entre nossos respondentes, são absolutamente altos os índices de racismo somado à transfobia (70.14%); vistos de forma separada, a transfobia lidera com 24.12% e o racismo ficou apenas 5.74%. Entretanto é sabido que racismo e transfobia operam mutuamente no processo de desumanização da população de travestis e transexuais negras.

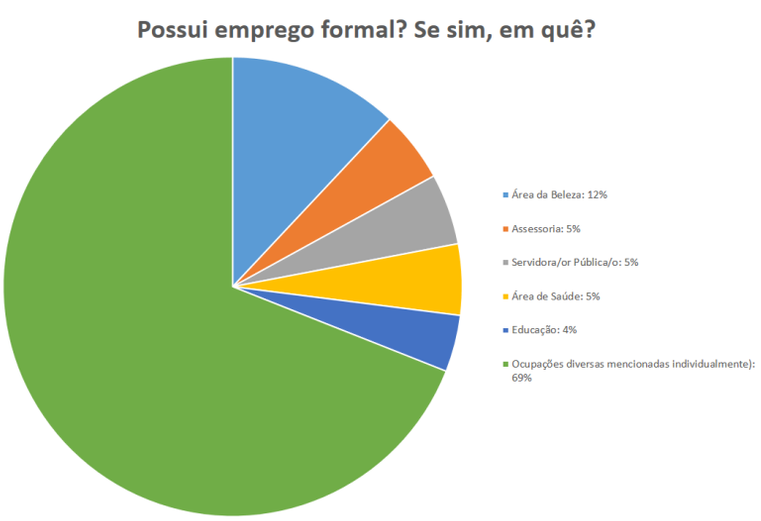
Travestis, transexuais e não-bináries enfrentam diariamente barreiras relacionadas às suas identidades de gênero que incidem diretamente sobre sua empregabilidade e inserção no mercado formal de trabalho. Tais barreiras estão relacionadas à exclusão, a transfobia estrutural, não respeito ao uso do nome social, dificuldades para utilização de banheiro conforme a sua identidade de gênero e assédio sexual (ALMEIDA e VASCONCELLOS, 2018). As dificuldades de acesso ao trabalho formal são causadas pelo fato de que as pessoas, geralmente, travestis e trans não são vistas como homens ou mulheres “de verdade”, além de serem estigmatizados por possuírem posturas sociais condenadas pela cis-heteronormatividade. Por isso, a prostituição tem sido uma

das principais vias de acesso a trabalho entre as mulheres trans, até mesmo de homens trans.

EMPREGO FORMAL



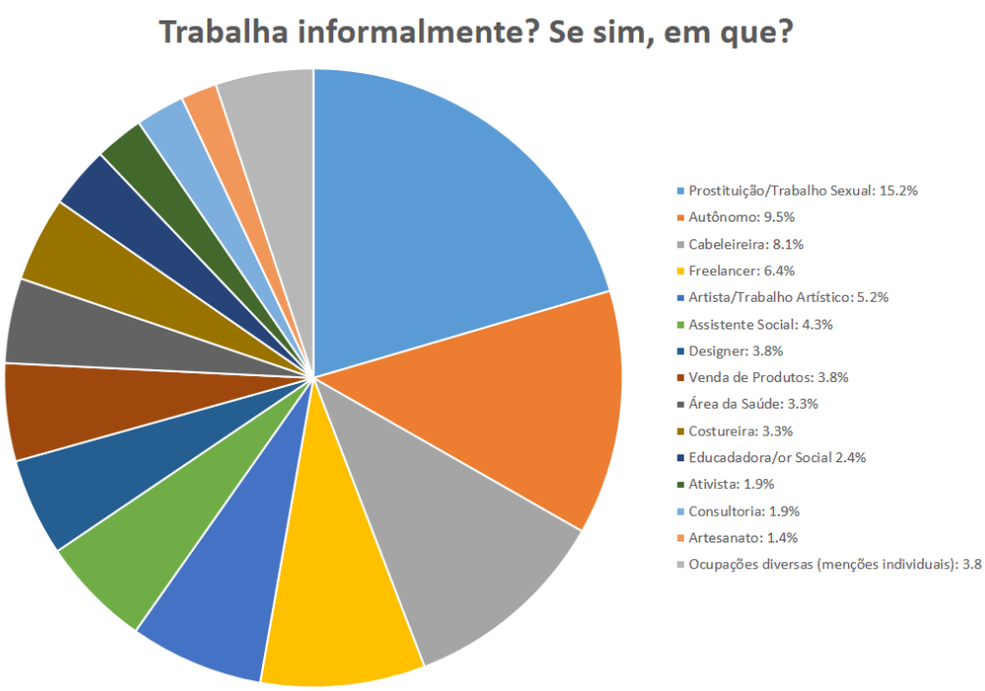
Entre os que responderam à pesquisa, 45.83% dos respondentes disseram que possuem emprego formal e 54.17% disseram que não possuem trabalho formal (CTPS assinada).



Detalhadamente, a pesquisa indica que 12% disseram trabalhar na área da beleza, 5% trabalham com assessoria, 5% como servidor (a) público (a), 5% na área da saúde, 4% na educação e 69% informaram individualmente ocupações diversas.

As políticas públicas no Brasil não são construídas para atender as especificidades da população de travestis e transexuais negras. É importante compreender que a educação, saúde, trabalho e lazer deveriam ser inseridos juntos na construção de políticas públicas para essa população e quando pensadas separadamente não logram êxito dos propósitos das políticas públicas que se trata da transformação social da população vulnerabilizada.

TRABALHO INFORMAL

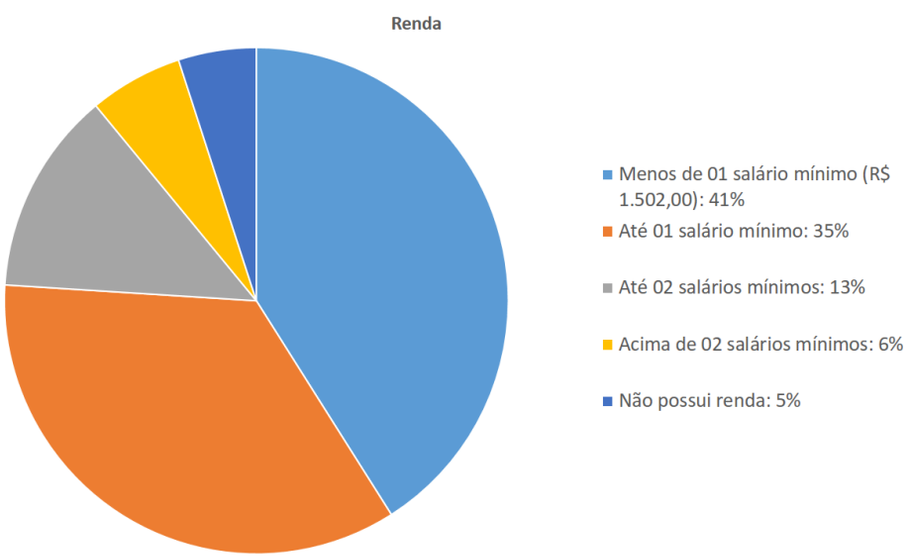


No que tange ao trabalho informal, 15.2% disseram trabalhar com prostituição/trabalho sexual, 9.5% são autônomos, 8.1% são cabeleireiras, 6.4% são freelancers, 5.2% são artistas/trabalho artístico, 4.3% trabalham como

assistentes sociais, 3.8% são designers, 3.8% são vendedoras/venda de produtos, 3.3% são da área da saúde (técnico de enfermagem, terapeuta), 3.3% são costureiras, 2.4% são educador/professor, 1.9% exercem atividades diversas (Cozinheira, Maquiadora, etc.), 1.9% trabalham com consultoria, 1.9% trabalham como ativistas, 1.4% são artesãos, 1.4% outras atividades (ex.: decoradora, garçom, etc.), 0.7% não se aplicam, 0.7% colocaram N/A e 5.7% disseram estar desempregados.

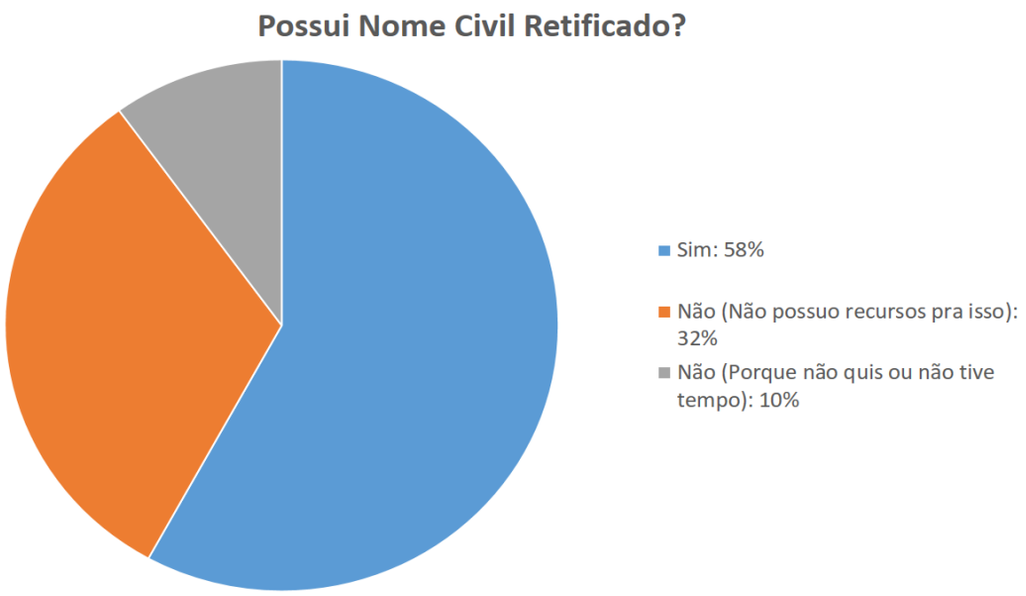
Todas as pesquisas da Nacional de travestis e transexuais (ANTRA) apontam que a maioria da população respondente sobrevive da comercialização de suas corpas; não é nossa intenção aplicar a régua da moralidade nas profissionais do sexo. Nossa reflexão é sobre a ausência de oportunidades em outras áreas de trabalho, se consolidando com ausência de políticas públicas.

RENDA



Sobre a renda salarial, 41% disseram receber menos de 01 salário mínimo (R$1.502,00), 35% recebem até 01 salário mínimo, 13% recebem até 02 salários mínimos, 6% recebem acima de 02 salários mínimos e 5% não possui renda.

NOME CIVIL RETIFICADO



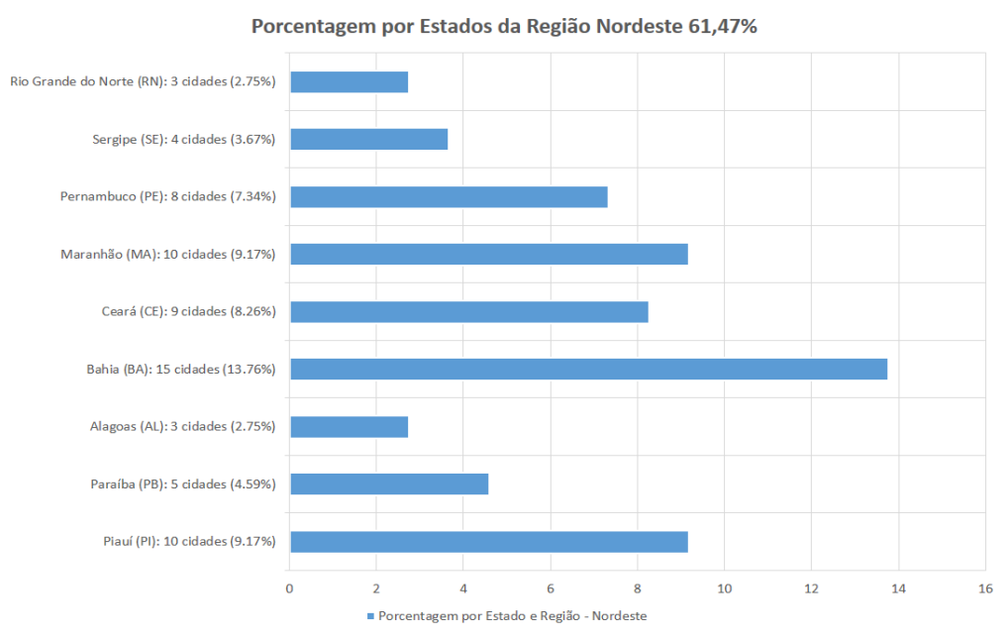
A retificação do nome no registro civil, é de suma importância, pois adequa a identificação de documentos oficiais à verdadeira identidade da pessoa respondente, dos quais 58% responderam são retificados e 32% responderam não são, por não possuírem recursos para o processo e 10% não são por não quererem ou não terem tempo de fazer o processo.

A população tranvestigênere tem sido historicamente negligenciada no Brasil por governos, organizações da sociedade civil e setores privados, pela academia e pelo próprio movimento LGB. Por isso, além das tradicionais bandeiras de luta contra a discriminação e violência, hoje se reconhece a necessidade de o movimento social lutar pela implementação de políticas públicas para esta população em específico, sobretudo na questão de moradia.

O direito à cidadania está ligado, portanto, ao reconhecimento social e à proteção legal da população de travestis, transexuais e não-bináries negras, que agregam em si além do direito à liberdade, à individualização na socialização, também, o direito ao habitat e ao habitar, o direito de participar da construção da cidade, bem como o direito à obtenção da moradia (SOUZA, 2020).

O provimento que sinaliza o direito da população de travestis e transexuais a retificar o prenome e gênero na certidão de nascimento é considerado uma vitória. Contudo, o acesso a esse direito tem percalços burocráticos que ocorrem tanto por via administrativas quanto por via defensoria pública. O sonho de retificar nome e gênero na certidão a depender do Estado que a população de travestis e transexuais reside pode tornar-se um pesadelo. A realização de mutirões de retificação de prenome e gênero por movimentos sociais em parceria com instituições públicas e privadas promovem transformação social na vida de travestis e transexuais.

POVOAMENTO POR ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE



Nossa pesquisa indicou que 21% dos que responderam disseram morar sozinha (o) em moradia própria, 40% moram sozinha(o) e pagam aluguel, 32%

moram com a família, 4% moram com amigas/os e 3% outros (pagam diária ou estão em situação de rua).

A solidão enfrentada por travestis e transexuais negras é uma realidade dolorosa que reflete as múltiplas formas de racismo e transfobia que essas pessoas enfrentam cotidianamente na sociedade. A interseccionalidade das opressões por questões de gênero, raça e identidade e outros eixos de opressão dificulta ainda mais a inclusão e acesso dessa população ao afeto coletivo, levando muitas vezes à solidão e ao isolamento.

Essas pessoas frequentemente sofrem com o preconceito e a violência tanto dentro de suas próprias comunidades quanto na sociedade em geral. A falta de apoio familiar, a rejeição social, a dificuldade de acesso a serviços básicos como saúde e emprego, somados ao apagamento e estigmatização, contribuem para um quadro de solidão e vulnerabilidade social.

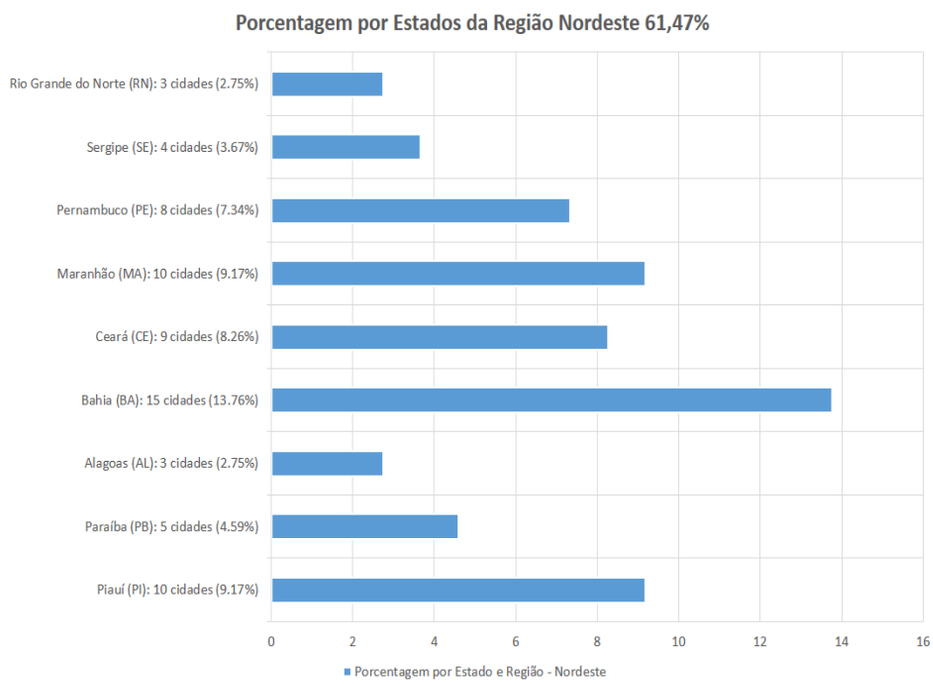
A solidão de travestis e transexuais negras é profunda e impacta não apenas o bem-estar emocional, mas também a saúde física e mental dessas pessoas. O sentimento de não pertencimento e a falta de espaços seguros e acolhedores para expressar sua identidade e vivenciar suas relações interpessoais podem causar danos psicológicos e afetar negativamente sua qualidade de vida.

É urgente que sejam criados espaços e políticas de acolhimento e apoio específicos para travestis e transexuais negras, que promovam a inclusão, a autoestima e o fortalecimento dessas pessoas. É importante também combater ativamente a discriminação e a violência baseadas em gênero, raça e identidade, garantindo o respeito aos direitos humanos e a dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A solidão de travestis e transexuais negras é um reflexo das desigualdades estruturais do racismo e transfobia em nossa sociedade, e só poderá ser superada por meio do respeito, da empatia e da solidariedade de toda a comunidade.

Consideramos necessária a espacialização dos territórios relativos aos locais de moradia dos respondentes da pesquisa. Entre os estados e regiões alcançados nesta pesquisa conseguimos quantificar alguns dados abaixo analisados.

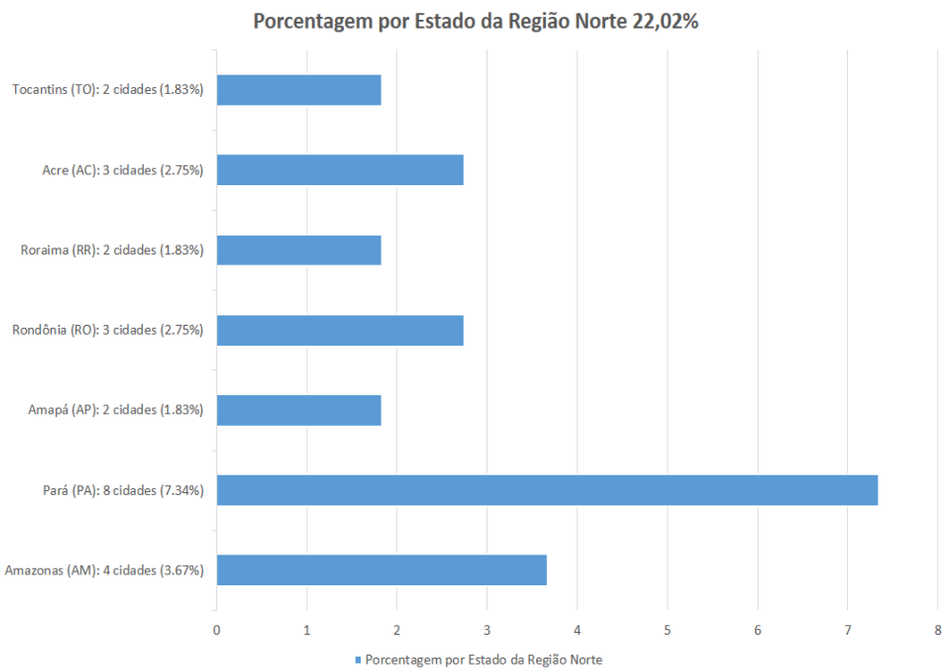
PORCENTAGEM POR ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE



É possível identificar na distribuição regional da Região Nordeste, a maior parcela os respondentes se encontram no estado da Bahia, com a participação de 15 cidades, representando 13.76% do total; em seguida vem o Piauí, 10 cidades, representando 9.17%; depois temos o Maranhão, com 10 cidades, representando 9.17%; o Ceará alcançou 9 cidades, representando 8.26%; em Pernambuco tivemos a participação de 8 cidades, representando 7.34%; a Paraíba alcançou 5 cidades, representando 4.59%; em Sergipe chegamos a 4 cidades, representando 3.67%; e, por último, estão Alagoas e Rio Grande do

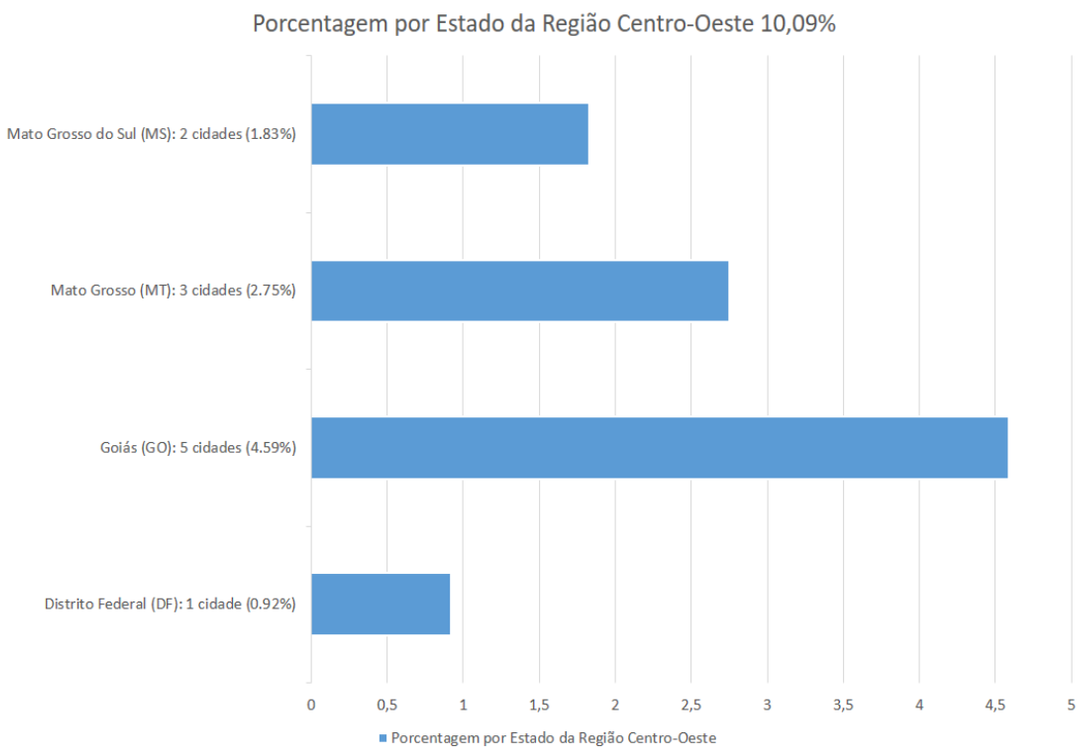
Norte com 3 cidades (2.75%). O total de 67 cidades alcançadas, representando 61.47% dos locais de moradia dos respondentes da nossa pesquisa.

PORCENTAGEM POR ESTADOS DA REGIÃO NORTE



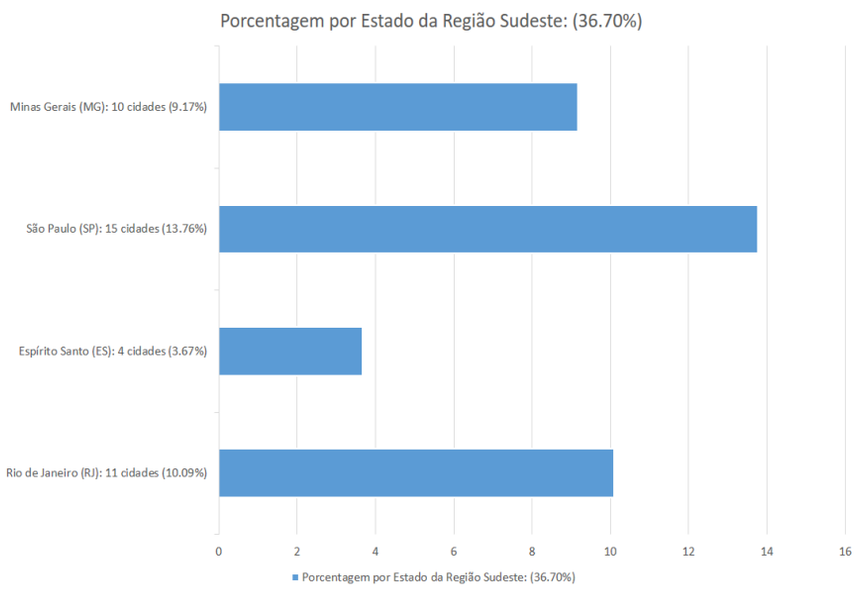
Na distribuição regional da Região Norte, a maior parcela os respondentes se encontram no estado do Pará, com a participação de 8 cidades, representando 7.34% do total; em seguida vem o Amazonas, 2 cidades, representando 3.67%; depois temos o Amapá, com 2 cidades, representando 1.83%; Rondônia e Acre alcançaram 3 cidades, representando 2.75%; e, por último, estão Roraima e Tocantins com 3 cidades (1.83%) e Rio Grande do Norte com 3 cidades (2.75%). O total de 24 cidades alcançadas, representando 22.027% dos locais de moradia dos respondentes da nossa pesquisa.

PORCENTAGEM POR ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE



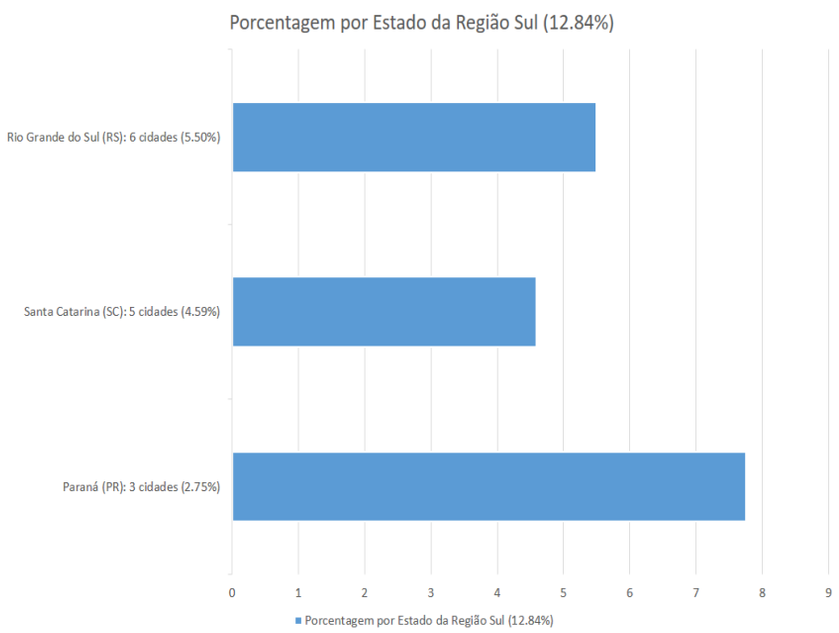
Na região Centro-Oeste, a maior parcela os respondentes se encontram no estado da Goiás, com a participação de 5 cidades, representando 4.59% do total; em seguida vem o Mato Grosso, 3 cidades, representando 2.75%; depois temos o Maranhão, com 10 cidades, representando 9.17%; o Mato Grosso do Sul com 2 cidades (2.75%); e, por último, o Distrito Federal com 1 cidade apenas (2.75%). O total de 11 cidades alcançadas, representando 10.09% dos locais de moradia dos respondentes da nossa pesquisa.

PORCENTAGEM POR ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE



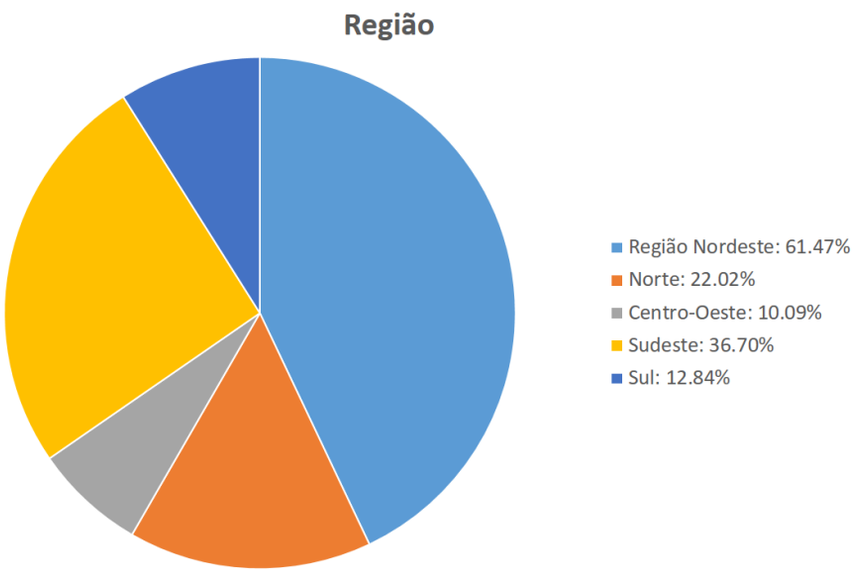
Na Região Sudeste, São Paulo lidera a pesquisa, com a participação de 15 cidades respondentes, representando 13.76% do total; em seguida vem o Rio de Janeiro, com 11 cidades, representando 10.09%; depois temos Minas Gerais, com 9 cidades, representando 9.17%; e em último lugar está o Espírito Santo, com 4 cidades (3.67%). O total de 40 cidades alcançadas, representando 36.70% dos locais de moradia dos respondentes da nossa pesquisa.

PORCENTAGEM POR ESTADOS DA REGIÃO SUL



Na Região Sul, a maior parcela os respondentes se encontram no estado do Rio Grande do Sul, com a participação de 6 cidades, representando 5.50% do total; seguido por Santa Catarina, com 5 cidades, representando 4.59%; e, por último, o Paraná com 3 cidades (2.75%). O total de 14 cidades alcançadas, representando 12.84% dos locais de moradia dos respondentes da nossa pesquisa.

RELIGIÃO



Nos recortes geográficos dos territórios alcançados pela pesquisa, é possível observar que a Região Nordeste liderou a pesquisa representando 61.47% dos respondentes; seguida pela Região Sudeste, com 6.70%; depois vem a Região Norte, com 22.02%; a Região Sul alcançou 12.84%; e, por último, a Região Centro-Oeste, com 10.09%.

As políticas públicas para população de travestis e transexuais negras não existem. O que temos no Brasil são normativas e resoluções que não operam como leis, dificultando a vida dessa população no âmbito da saúde, educação, empregabilidade entre outros direitos que só existem na Constituição Federal. Infelizmente, no âmbito da política, o Brasil tem um número crescente de projetos de lei que buscam acabar com os poucos direitos de pessoas trans, travestis e não-bináries. Atualmente existem pelo menos 77 leis anti-trans em vigor, em 18 estados brasileiros, que podem promover a institucionalização da transfobia, podendo inclusive estimular o aumento da violência contra os corpos dissidentes à cis-heteronormatividade e reafirmando o quanto o Brasil é um país transfóbico, racista e capacitista.

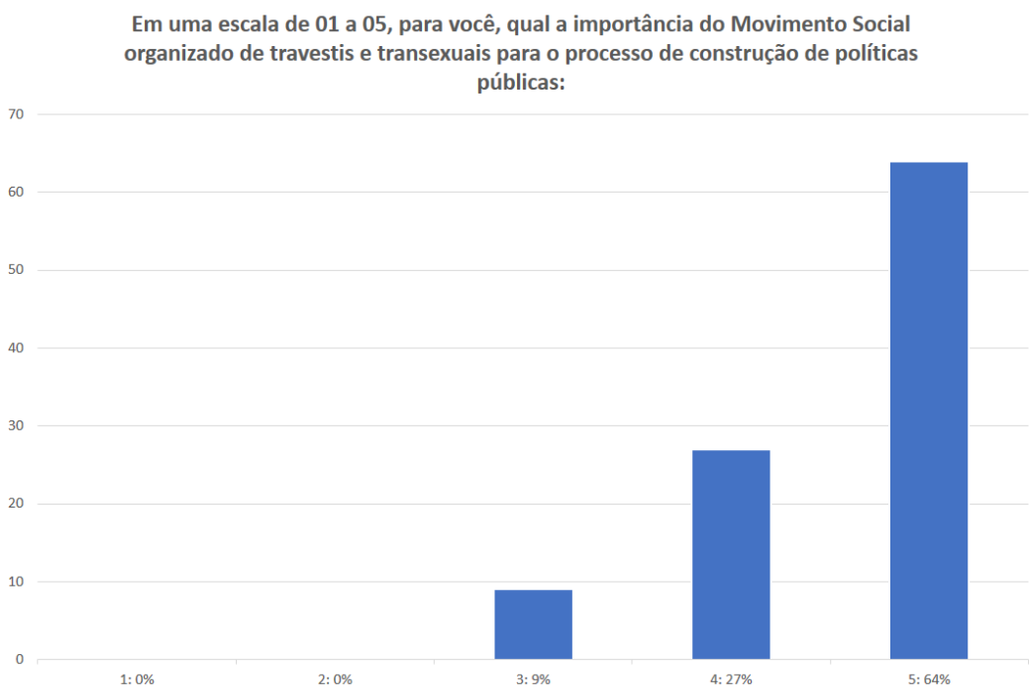
POLÍTICAS PÚBLICAS



Na pesquisa 21% dos respondentes indicaram a necessidade de melhorias urgentes na construção das políticas públicas para a nossa população; 19% indicaram que as políticas públicas são pouco acessíveis; 19% indicaram ser pouco eficazes na prática; 15% indicaram que falta suporte adequado; 14% indicaram ser insuficientes; 7% indicaram ser boas; e 5% indicaram que falta alocação adequada de recursos.

O Movimento trans é um movimento civil e social que busca defender e lutar pelos direitos e pelo reconhecimento das pessoas trans e travestis na sociedade. Apesar do movimento trans ter enfrentado uma extrema invisibilidade, temos uma história rica e complexa que remonta aos anos 1970 e 1980, tendo como uma das motivações para esse contexto a Ditadura Civil-Militar (1964 a 1985). Com o surgimento da Associação de Travesti e Liberados (ASTRAL) no Rio de Janeiro em 1992, a luta por direitos e reconhecimento se intensificou e ganhou maior visibilidade.

IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS



Na pesquisa, 64% das pessoas responderam ser muito importante que haja um movimento organizado de travestis e transexuais no Brasil; 27% responderam que é importante; 9% ser pouco importante; e 0% disseram não ter importância o nosso movimento. Estes dados corroboram o fortalecimento do movimento mais trans, mas com a necessidade de ser mais democrático, com maior acesso de pessoas trans pretas a recursos e espaços de poder, para que o movimento onde todas as pessoas tenham oportunidades e onde a "*ancestravalidade*" e a divisão de poder sejam respeitadas.

O apoio da família para a população de travestis e transexuais é uma realidade distante. Pesquisas apontam que essa população é expulsa de casa com 13 anos de idade o que direciona ao início da prostituição em busca da sobrevivência.

O abandono de travestis e transexuais negras por suas famílias é uma realidade devastadora que evidencia a profunda falta de compreensão,

aceitação e amor incondicional que muitas dessas pessoas enfrentam em seus lares. A rejeição familiar é uma das formas mais cruéis de violência que essa população enfrenta, causando um profundo impacto emocional e psicológico em suas vidas.

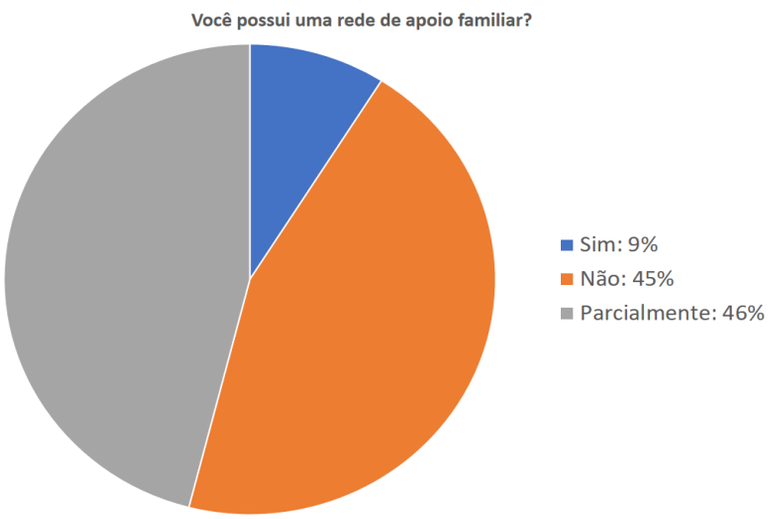
Muitas travestis e transexuais negras são expulsas de casa, sofrem violência verbal, física e emocional, são desrespeitadas e desvalorizadas simplesmente por serem quem são. A transfobia e o racismo enraizado, a falta de informação e o conservadorismo são alguns dos elementos que levam as famílias a abandonar filhas e filhas, deixando-os à mercê de situações de vulnerabilidade e insegurança.

O abandono familiar gera um profundo sentimento de solidão e desamparo, afetando a autoestima e a saúde mental dessas pessoas. A ausência de apoio e acolhimento por parte da família pode levar a um ciclo de marginalização, pobreza e exclusão social, dificultando a inserção dessa população na sociedade e limitando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

É fundamental sensibilizar as famílias sobre a importância do amor incondicional, do respeito à diversidade e do respeito as diferenças. É preciso desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo a empatia e o diálogo como caminhos para a reconciliação e a reconstrução dos laços familiares.

Além disso, é essencial criar redes de apoio e acolhimento para travestis e transexuais negras que foram abandonadas por suas famílias, oferecendo suporte emocional, assistência social, jurídica e psicológica para ajudá-las a superar o trauma e a reconstruir suas vidas com dignidade e autonomia.

APOIO FAMILIAR



O gráfico acima indica que apenas 9% dos respondentes possuem apoio familiar. Infelizmente, a esmagadora maioria ou não possui apoio familiar (45%) ou possui parcialmente o apoio da família (46%). Estes dados reafirmam que o abandono de travestis e transexuais negras por suas famílias é uma recorrente violação dos direitos humanos e uma forma de discriminação. Portanto, a exclusão familiar deve ser combatida e superada por meio da educação, da conscientização e do amor incondicional. É urgente construirmos uma sociedade mais justa, inclusiva e acolhedora, onde todas as pessoas sejam valorizadas e respeitadas em sua singularidade e diversidade.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado pelo governo para combater a pobreza e a desigualdade social, no entanto, a falta de inclusão de travestis e transexuais representa uma falha na sua abrangência e no reconhecimento da diversidade de famílias existentes no país.

A transfobia, racismo e outros eixos de opressão são barreiras que impedem que muitas travestis e transexuais negras tenham acesso aos benefícios do Bolsa Família. Muitas vezes, essas pessoas são excluídas do programa devido à falta de documentação adequada que reflita sua identidade

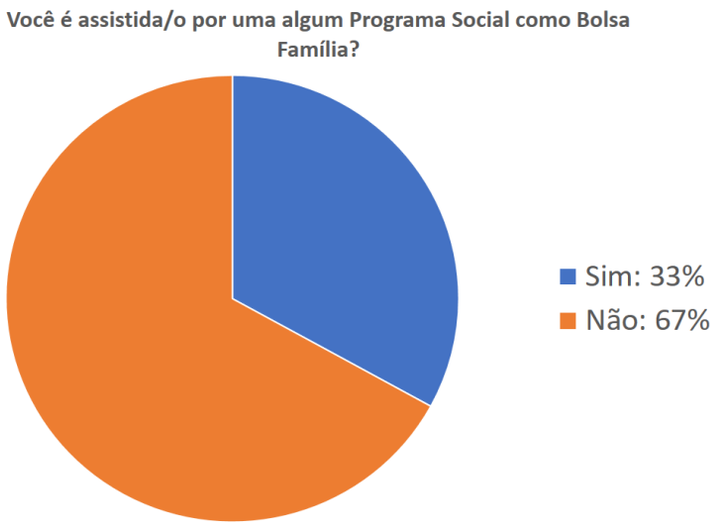
de gênero, ou ainda por enfrentarem obstáculos burocráticos e administrativos que as impossibilitam de se cadastrarem e serem contempladas com o auxílio.

Além disso, a falta de políticas públicas específicas que considerem a realidade e as necessidades das travestis e transexuais contribui para a sua vulnerabilidade social e econômica, dificultando o acesso a programas de assistência como o Bolsa Família. A marginalização e a exclusão dessas pessoas da garantia de seus direitos básicos comprometem sua qualidade de vida e perpetuam a desigualdade social.

É fundamental promover a inclusão de travestis e transexuais negras no programa Bolsa Família e em outras políticas sociais, assegurando o direito dessas pessoas de acessarem benefícios e serviços públicos sem discriminação. Para isso, é necessário implementar medidas que garantam a igualdade de oportunidades, o respeito à identidade de gênero e o combate à discriminação em todas as esferas da sociedade.

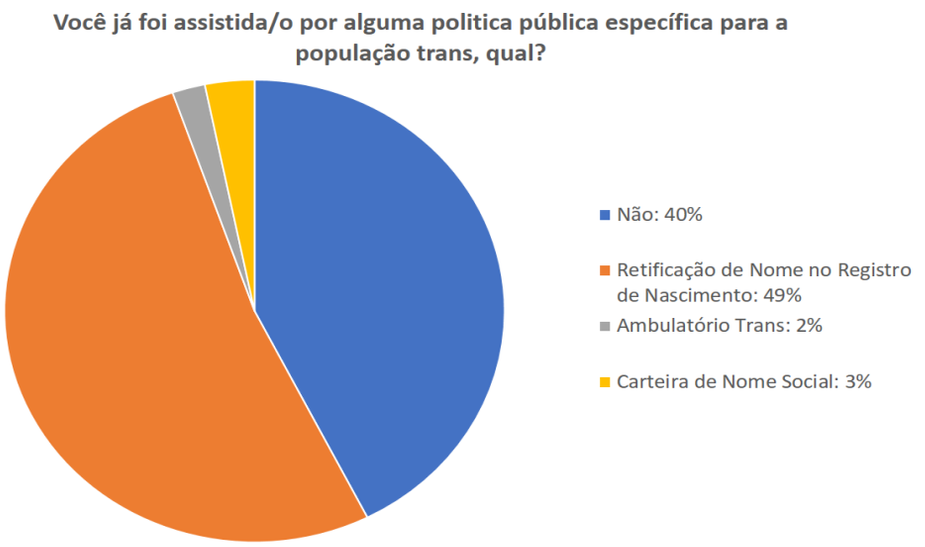
A conscientização, a sensibilização e a capacitação dos profissionais que trabalham nos órgãos responsáveis pela gestão do Bolsa Família são fundamentais para assegurar a inclusão e o acolhimento de travestis e transexuais negras, garantindo que essas pessoas tenham acesso aos seus direitos e possam viver com dignidade e respeito. A luta pela equidade e pela justiça social requer o reconhecimento da diversidade de identidades de gênero e a promoção de políticas inclusivas e afirmativas que garantam a cidadania plena de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero.

PROGRAMA SOCIAL COMO BOLSA FAMÍLIA



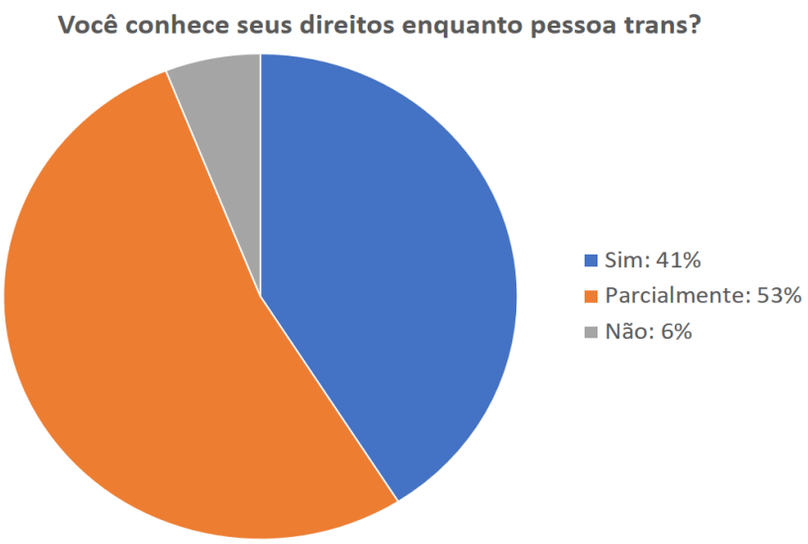
Dentre os que responderam à pesquisa, somente 33% possuem o benefício e 67% não possuem. O que corrobora o não acesso de travestis e transexuais no programa Bolsa Família como um reflexo da invisibilidade e da exclusão enfrentadas por essas pessoas em diversos âmbitos da sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA A POPULAÇÃO TRANS



No que tange ao acesso de políticas públicas específicas para nossa população, 49% conseguiram retificar seus registros de nascimento e apenas 3% fizeram algum documento com o nome social, auxiliando na efetivação de sua cidadania e dignidade destas pessoas; somente 2% tiveram acesso a qualquer tipo de acolhimento, avaliação médica, tratamento endocrinológico/hormonal, proctológico/ginecológico ou de Saúde Mental, ou seja, não receberam o serviço de saúde de forma integral.

DIREITOS ENQUANTO TRANS



Mesmo com alguns direitos assegurados pelo Poder Judiciário, luta para aplicação efetiva das determinações legais de proteção e garantia para pessoas transvestigêneres negras é um caminho muito extenso, portanto é de suma importância conhecer tais direitos. A pesquisa apontou que 41% das pessoas que responderam à pesquisa conhecem seus direitos; que 53% conhecem apenas parcialmente; e 6% não conhecem seus direitos enquanto pessoa trans preta.

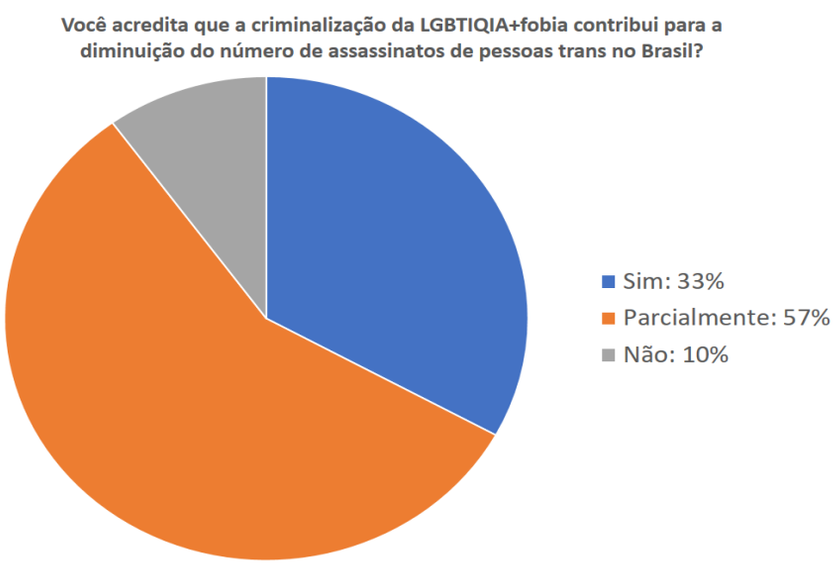
A questão da criminalização da LGBTfobia e sua relação com o aumento dos assassinatos de pessoas trans no Brasil é complexa e multifacetada. A violência contra pessoas travestis e transexuais no país é alarmante e está enraizada em uma série de fatores estruturais, culturais e sociais, que vão além da existência ou ausência de legislações específicas.

Embora a criminalização da LGBTfobia possa ser vista como um avanço na proteção dos direitos e na prevenção da violência contra a comunidade LGBTQIA+, ainda existem desafios significativos na implementação e efetiva aplicação dessas leis. Fatores como impunidade, falta de políticas públicas eficazes, discriminação sistêmica e preconceito contribuem para o cenário de violência contra pessoas trans no Brasil.

Além disso, a marginalização social e econômica enfrentada por pessoas trans no país as coloca em situações de vulnerabilidade, aumentando o risco de violência e discriminação. A falta de acesso a emprego, educação, saúde e moradia adequada também desempenha um papel importante nesse cenário.

Portanto, é importante abordar a questão dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil de forma holística, considerando não apenas a questão da criminalização da LGBTfobia, mas também a necessidade de políticas mais abrangentes que combatam a discriminação, que promovam a inclusão social e econômica e garantam o respeito e a dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTQIA+fobia

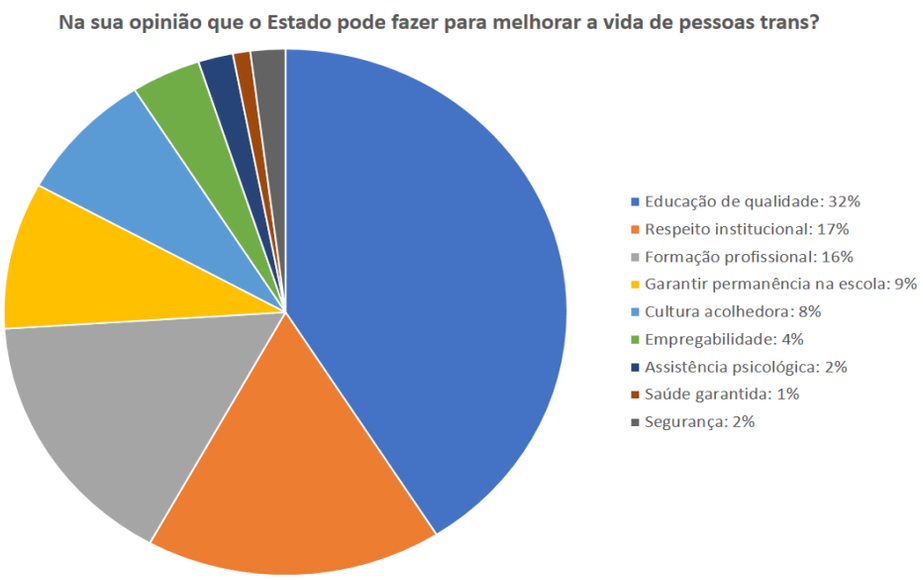


Entre as pessoas que responderam a pesquisa, 33% disseram acreditar que a criminalização da LGBTQIA+fobia contribui para a diminuição do número de assassinatos de pessoas trans no Brasil; 57% disseram que resolve parcialmente; e 10% responderam que não resolve.

A conscientização, o combate ao racismo, à transfobia e outros eixos de opressão, que também promovam uma cultura de respeito e igualdade, são

fundamentais para enfrentar a violência contra a população de travestis e transexuais negras e construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS



Políticas públicas voltadas para travestis e transexuais negras são fundamentais para combater a discriminação e a exclusão que essas pessoas enfrentam diariamente. A pesquisa apontou que a educação de qualidade (32%), o respeito institucional (17%), a formação profissional (16%), a garantia de permanência na escola (9%), uma cultura acolhedora (8%), a empregabilidade (4%), a assistência psicológica (2%), a segurança pública (2%) e a garantia à saúde (1%) podem promover a igualdade de oportunidades e o respeito às pessoas trans, travestis negras, melhorando assim as suas vidas.

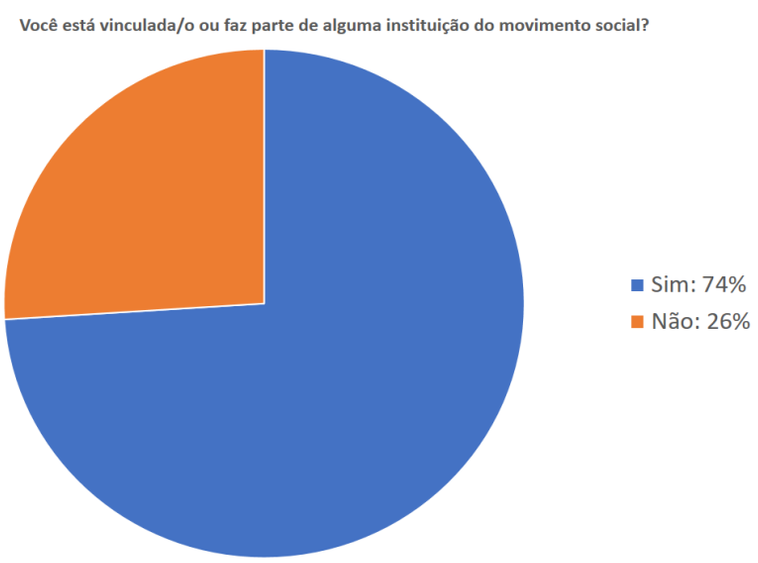
Essas políticas devem ser sensíveis às necessidades específicas das pessoas negras trans e travestis, considerando a interseccionalidade de suas vivências e desafios. É preciso criar programas de capacitação profissional, incentivar a inserção no mercado de trabalho e combater a discriminação no ambiente laboral.

Além disso, é fundamental garantir o acesso a serviços de saúde adequados e de qualidade, incluindo atendimento especializado em saúde mental, hormonioterapia e cirurgias de redesignação sexual. Também é importante promover a conscientização e capacitação de profissionais de saúde para atender de forma adequada essa população.

A luta contra a violência e a exclusão social também deve ser uma prioridade nas políticas públicas para travestis e transexuais negras, com a criação de mecanismos de denúncia e proteção, bem como a promoção de campanhas de sensibilização e combate à transfobia e ao racismo.

Por fim, é essencial ouvir e envolver as próprias pessoas negras trans e travestis na elaboração e implementação dessas políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas demandas sejam atendidas de forma efetiva e inclusiva. A construção de políticas públicas verdadeiramente inclusivas e acolhedoras é um passo importante rumo a uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos.

INSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL



O gráfico acima mostra que 74% dos respondentes fazem parte de algum movimento social e que 26% não o fazem, evidenciando o potencial do movimento de travestis e transexuais negras em construir coletivamente

estratégias de enfrentamento ao racismo, transfobia e outras opressões. Embora circule várias ações de aniquilamento da população de travestis e transexuais negras. Esse movimento ou aquilombamento também é uma estratégia utilizada pelas travestilidades negras como forma de sobrevivência e resistência contra um Estado que produz ferramentas de aniquilamento e apagamento dessa população. Utilizamos a palavra apagamento para desmascarar discursos, pois a sociedade nitidamente nos vê, ainda que seja à margem, mas não se manifesta para transformar essa realidade. No Brasil, a mulher travesti negra Jovanna Cardoso Silva (2021) é uma das precursoras na construção do aquilombamento travesti quando, em 15 de maio do ano de 1992, juntamente com outras travestis: Elza Lobão, Beatriz Senegal, Josy Silva, Monique Du Bavieur e Claudia Pierre, constroem a ASTRAL, primeira organização de travestis e transexuais, destacando-se como a primeira da América Latina, tendo em vista que outras instituições eram compostas por gays, lésbicas e travestis.

Seguindo estratégias epistemológicas do aquilombamento, ferramenta que atua na descolonização da nossa mente, da nossa corporalidade, que nos conecta com nossa ancestralidade e nos chama para transformar nossa história numa arte de resistência e esperança por uma sociedade mais justa e igualitária, construída a partir de narrativas não brancas, não cisgêneras.

Essa mobilização, essa denúncia está presente na vivência de travestilidades negras que lutam contra o racismo e a transfobia simultaneamente. O quilombo se reinventa, acompanhando a dinâmica de uma sociedade racista e LGBTfóbica. Atualmente, o FONATRANS e ANTRA são considerados dois importantes quilombos que articulam questões fundamentais em torno dos direitos das travestilidades negras no Brasil. Desse modo, tornaram-se referência no monitoramento e na produção de dados sobre racismo e transfobia estrutural, considerando a interseccionalidade dessas corpas. As militâncias de travestis negras como Indianarae Sirqueira e Jovanna Baby devem ser lidas como quilombos, pois ambas as travestis articulam e mobilizam a população trans acerca da importância de se aquilombar contra a perversidade da cisbranquitude. A puta feminista Indianara Siqueira, além de utilizar sua corpa na guerra para fortalecer o quilombo, atua, no Rio de Janeiro, na direção de uma casa de acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, a Casa Nem (NASCIMENTO, 2020).

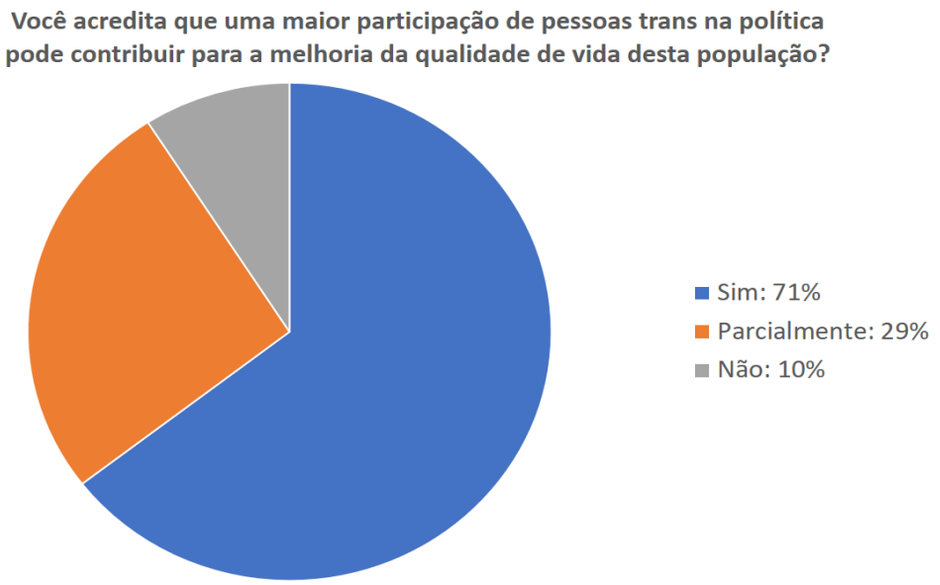
A luta por direitos e reconhecimento é uma realidade constante na vida das travestis e transexuais, que enfrentam diariamente o preconceito, a discriminação e a violência. Ter representantes políticos que vivenciam essas mesmas realidades é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dessas pessoas. Além disso, a presença de travestis e transexuais na política desafia estereótipos e questiona normas sociais que perpetuam a exclusão e a marginalização.

Ao ocupar cargos políticos, travestis e transexuais podem promover mudanças significativas nas políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+, bem como em áreas como saúde, educação, segurança e trabalho. A representatividade política dessas pessoas é um instrumento poderoso para a promoção da diversidade, da igualdade e do respeito aos direitos humanos.

É importante lembrar que a sub-representação de travestis e transexuais na política reflete a desigualdade estrutural e a falta de acesso a oportunidades que ainda persistem em nossa sociedade. Portanto, a promoção da equidade de gênero e a garantia da participação ativa e plena de travestis e transexuais na vida política são passos essenciais para a construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa.

Em suma, a importância de travestis e transexuais na política reside na ampliação da diversidade, no combate à discriminação e na promoção da igualdade de direitos. Sua presença nos espaços de decisão política é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e respeitosa com as diferentes identidades e expressões de gênero.

PARTICIPAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA POLÍTICA



A pesquisa indicou que 71% dos respondentes concordam com presença e participação de travestis e transexuais na política são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva; 29% concordam parcialmente; e 10% não concordam com esta perspectiva. A representatividade dessas pessoas nos espaços de poder é essencial para garantir que suas demandas, direitos e necessidades sejam ouvidos, respeitados e atendidos de forma adequada. Indubitavelmente, a diversidade de experiências e perspectivas trazidas por travestis e transexuais negras enriquece o debate político e contribui para a formulação de políticas públicas mais abrangentes e eficazes.

“SOU DONA DO MEU CORPO E DAS COISAS QUE ESCOLHO PRA MIM”

LINIKER





INDICATIVO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS TRANS NEGRAS E NEGROS SOB A ÓTICA DA INTERSECCIONALIDADE

Não há reparação pública social sem pensar a inclusão dos corpos e corpas trans negras e negros em um país que a hipocrisia impera, de um lado somos um país que mais violenta, por outro somos um dos que mais consome serviços virtuais eróticos dessa população. A que se afirmar que somos um país hipócrita e ao Estado brasileiro cabe aqui apresentar a relação de propostas de políticas públicas para travestis e transexuais negras e negros sob a ótica da interseccionalidade que visam abordar as múltiplas dimensões de abandono social, discriminação que marginaliza, machuca, promove a desigualdade e mata, levando em consideração suas identidades e expressão de gênero, raça, classe social, geracional dentre outras características que influenciam as experiências de vida. A implementação dessas Políticas de Estado é crucial para promover a igualdade de direitos, a inclusão social e o respeito à diversidade de gênero, enfrentamento à misoginia sexista e transfóbica na sociedade brasileira. Abaixo, um pouco do que detectamos na pesquisa aqui apresentada e que precisa ser feita pela República Federativa do Brasil.

1. Reconhecimento do Estado Brasileiro em relação às violências históricas cometidas contra à população trans negra brasileira;

2. Financiamento de iniciativas socioeconômicas, de saúde, cultura e educação para a população trans negra;

3. Políticas afirmativas com reserva de vagas para população trans negra para universidades públicas, empresas públicas e privadas, complementando a lei 12711/2012;

4. Políticas Públicas em cultura e educação para o combate ao transracismo patriarcal, religioso e ambiental;

5. Assegurar através de políticas públicas de Estado a gratuidade no registro civil de pessoas trans quando na retificação de prenome e gênero otimizando assim o cumprimento do provimento do CNJ 152/2023 que garante

a retificação diretamente nos cartórios sem a necessidade de cirurgia ou de ação judicial;

6. Condicionar o reconhecimento de empresas públicas e privadas, em financiamentos públicos promotores de equidade racial, a processos de letramento e autodeclaração;

7. Incluir no Censo do IBGE, as categorias identidade de gênero e orientação sexual, expressão de gênero e negritudes trans;

8. Garantir que todas as políticas de combate às desigualdades transversalizem raça, classe, gênero e identidade de gênero para efetividade decolonial e emancipação de todas as pessoas.

9. Acesso à Saúde Integral: Implementação de políticas públicas que garantam o acesso universal e integral à saúde para travestis e transexuais, levando em consideração suas especificidades e necessidades. Isso inclui ações como a disponibilidade de hormonização e cirurgias de neovagina, mastectomia para transmaculines, atendimento psicológico e acompanhamento médico especializado.

10. Educação Inclusiva e Não Discriminatória: Promoção de políticas educacionais que garantam um ambiente escolar seguro e acolhedor para travestis e transexuais negras, com a capacitação de educadores, a revisão de currículos escolares para incluir a diversidade de gênero e a implementação de medidas de combate a transfobia, racismo capacitismo e outras opressões. Assegurar o cumprimento da Lei nº 13935/2019 que determina que escolas da rede pública de ensino devem ter psicólogos e assistentes sociais em seus quadros e que estes sejam formados para a equidade racial, de gênero, identidade de gênero e religiosa.

11. Mercado de Trabalho Inclusivo: Incentivo à inserção e permanência de travestis e transexuais no mercado de trabalho, por meio de políticas de inclusão e combate à transfobia racismo no ambiente laboral, campanhas de sensibilização para empregadores e incentivos fiscais para empresas que promovam a diversidade de gênero.

12. Combate à Violência e Discriminação: Implementação de políticas de combate à violência e discriminação contra travestis e transexuais, com a garantia de proteção policial, acesso à justiça e medidas de prevenção, como campanhas de conscientização e capacitação de profissionais da segurança pública.

13. Moradia Digna e Segura: Promoção de programas habitacionais que garantam o acesso a moradias dignas e seguras para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social, levando em consideração as múltiplas formas de discriminação que essas pessoas enfrentam no acesso à moradia.

14. Participação Política e Cidadania Plena: Estímulo à participação política ativa de travestis e transexuais, por meio de políticas de fortalecimento da representatividade dessas pessoas nos espaços de poder, incentivo à formação política e à criação de lideranças, e ampliação do diálogo entre o poder público e a comunidade trans negra brasileira.





CONCLUSÕES

Essa pesquisa é uma navalha com poderes de cortar discursos e ações que atuam no aniquilamento da população de travestis e transexuais negras. O conteúdo desse trabalho evidencia o descaso do Brasil com essa população, sobretudo a ausência do compromisso do Estado em assegurar direitos básicos como educação, saúde, moradia, empregabilidade, lazer entre outros. Não haverá justiça social enquanto os dispositivos estatais não se manifestarem com políticas públicas que dê resolutividade a especificidades da população de travestis e transexuais negras.

Desde de sempre movimentos sociais de travestis e transexuais negras têm tensionado e ecoado a necessidade da construção de políticas de reparação para essa população que historicamente é alijada dos direitos humanos. E para pensar nessas políticas públicas torna-se indispensável o diálogo com o movimento de travestis e transexuais, pois são essas corporalidade negras que por vivenciar essa exclusão conhecem os caminhos para a construção de uma sociedade que respeite a diversidade. Ademais, essa população não pode ser reduzida a dores, pois a vivências acumuladas por essa população é carregado de potências com viés visionário.

Notoriamente as políticas públicas existentes no Brasil são construídas a parti de um modelo de família e subjetividades eurocentradas, impedindo assim que essas ações sejam ampliadas para outras configurações de cidadã e

cidadão. O acesso da população de travestis e transexuais ao status de cidadania não deve ser vislumbrado como uma condição de “população privilegiada” pois estamos falando que corporalidades interseccionadas por determinantes sociais de raça, etnia, gênero entre outros. É importante enfatizar que ainda vivemos em um País colonizado que constrói cotidianamente ferramentas políticas contribuindo para a precarização da vida de travestis e transexuais negras.

Esse manifesto político é uma denúncia e sobretudo, uma mensagem que a população de travestis e transexuais negras e negros não querem migalha, querem tudo, não basta sobreviver, viver com dignidade não será negociado! E para o alcance da cidadania com dignidade os aquilombamentos trans estão cada dia mais organizados. Diante disso, consideramos a importância de aliades nessa empreitada, pois o enfretamento da transfobia, racismo, capacitismo entre outros é um dever de toda sociedade.

CONHEÇA TRAVIARCA-MOR DO MOVIMENTO TRANS BRASILEIRO



Jovanna Baby nasceu em Mucuri, no extremo sul da Bahia. Aos 12 anos fugiu da casa dos pais pela violência que sofria, foi morar na capital do Espírito Santo, morou nas ruas, foi explorada sexualmente, mas isso foi necessário por questão de sobrevivência. Muitas vezes detida pelas Operações Pente Fino, completou sua maioridade nas ruas de Vitória. Foi presa e autuada no Artigo 59 do Código Penal (Vadiagem) nos anos 70. Inconformada com a violência policial que atingia Trabalhadoras Sexuais Trans e Cis, iniciou aí sua trajetória política social. Em 1979 liderou um grupo de mulheres Cis e Trans e instituiu a Associação Damas da Noite: um coletivo que se organizou para reivindicar direitos de Trabalhadoras Sexuais Cis e Trans. Em 1983 mudou-se para o Rio de Janeiro, passou por todos os sofrimentos de violência policial na "Cidade Maravilhosa", viveu por muitos anos e lá, já nos anos 90, idealizou e fundou a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL 1992), a primeira organização política de travestis no Brasil e na América Latina. Com o objetivo de enfrentar a violência acometida à Travestis no Rio de Janeiro, que era gritante, mas também a ASTRAL nasceu durante a epidemia de HIV/Aids e atuava também na prevenção e tratamento de pessoas vivendo com o vírus HIV, especialmente travestis e transexuais, que eram negligenciadas pelo Estado Brasileiro. Da luta pelas vidas travestis e transexuais ameaçadas pela violência e pela AIDS se desenvolveram nossas outras pautas para que nossas vidas fossem garantidas e respeitadas, bem como dignificadas. A ASTRAL formou uma rede de lideranças trans ativistas em todas as regiões do Brasil a partir dos Encontros Nacionais de Travestis e Liberados que atuavam na prevenção da Aids, os ENTLAIDS. O primeiro aconteceu em 1993, desses encontros saíram lideranças da comunidade T em todos os estados.

Ainda em 1992, Jovanna publicou o primeiro dicionário do Bajubá das Travestis (Diálogo de Bonecas), dialeto apropriado criado por elas para se defender dos ataques da violência pública e se dialogarem sem serem percebidas. Jovanna é responsável pela formação política de inúmeras ativistas travestis e transexuais negras do Brasil, sendo precursora de um movimento que, com os anos, conquistou direitos como o reconhecimento formal de sua identidade de gênero, políticas públicas de atendimento específico em saúde, etc. Jovanna é a fundadora do Movimento de Travestis do Brasil, porém hoje não consegue efetivar sua Wikipédia porque pessoas oportunistas e que chegaram

depois já se registraram nessa enciclopédia como “as fundadoras do Movimento Trans Brasileiro”. A vida de Jovanna e o Movimento Trans se confundem, mas também o chauvinismo e o oportunismo é uma realidade cruel que apagou a história de Jovanna e usurpou suas iniciativas históricas.

Em 2013, percebeu-se a necessidade de que, dentro no movimento T, a pauta trans negra não era prioridade e que deveria trazer o recorte de raça/cor para a cena política desse movimento, nesse sentido, foi criada a Rede Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros - FONATRANS voltada especificamente para o enfrentamento ao TRANSracismo e para a visibilidade desses corpos e corpas da população trans negra. Vale salientar que a população trans negra é de cerca de 78% da população trans brasileira, mas o colorismo, que não temos nada contra; o chauvinismo não permite o protagonismo desses corpos e corpas na cena política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2009.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, 2018, pp.302-333.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BROILO, R.; JESUS, J. G. Acesso e permanência de pessoas trans e travestis ao Sistema Único de Saúde: Uma revisão integrativa. **CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE**, v. 8, p. 94-125, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559. Acesso em 03/07/2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

David EC, Vicentin MCG. Nem crioulo doido nem nega maluca: por um aquilombamento na reforma psiquiátrica brasileira. **Saúde Debate 2020**; 44(30):264-277.

DEUS, Zélia Amador de. **Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade**. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrevivência: a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Rio de Janeiro: Mina de Comunicação e Arte, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

GOMES, M. R. O. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador: Devires, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNS - Pesquisa Nacional de Saúde.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=33558. Acesso em: 30 julho. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. **Revista Docência e Cibercultura**, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817. Acesso em: 21 ago. 2024.

JUNIOR, Joselicio. É tempo de aquilombar. **Fórum**, 29 de abril de 2019. Disponível em: https://revistaforum.com.br/opiniao/2019/4/29/tempo-de-se-aquilombar-55485.html. Acesso em: 24 jan. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LORDE, Audre. Textos escolhidos. **Herética Difusão Lesbofeminista Independente**, sd, 2016.

MORAES, Fernanda. Candomblé: Um Ambiente de Resistência e Luta pelo Liberdade Cidadã e Culto Religioso da População das Mulheres Transexuais e das Travestis. In: ANTRA BRASIL. **Notas e Ofícios**. Disponível em: https://antrabrasil.org/2019/01/29/candomble-um-ambiente-de-resistencia-e-luta-pelo-liberdade-cidada-e-culto-religioso-da-populacao-das-mulheres-transexuais-e-das-travestis/. Acesso em: 26 julho. 2024.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

_____. **O Quilombismo:** documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NASCIMENTO, L. C. Políticas Públicas e Diversidade [recurso eletrônico]. *In*: BOAKARI, F. M.; SILVA, F. B.; BATISTA, I. B. M. (Orgs.). **Quem precisa de Identidade?**. Teresina: EdUFPI, 2020.

PEREIRA, Edimilson de A. Territórios cruzados: relações entre cânone literário e literatura negra e/ou afro-brasileira. São Paulo: Paulinas, 2011.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em urano:** crônicas da travessia. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

REGO, Y. L. P. Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia. **Humanidades & Inovação, Palmas**, v. 6, n. 16, p. 167-181, 2019. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1838. Acesso em: 23 de junho. 2024.

Santana, Ester Xavier. **Envivecer: políticas de vida e afetividades de pessoas trans negras.** Dissertação de Mestrado em Psicologia: Psicologia Social - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil.** Picos, Pi. 2021

SOUZA, Cris Lacerda de. **Os corpos LGBTI+ nos territórios segregados da cidade do Rio de Janeiro**, 2020.

SOUZA, Cris Lacerda de. **A violência LGBTQIA+fóbica urbana e as políticas públicas de combate à LGBTQIA+fobia**. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (org.): ***Mulheres negras*: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: CRIOLA, 2009. Disponível em: <http://www.criola.org.br/pdfs/publicacoes/livro_mulheresnegras.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TRAVESTILIDADES NEGRAS

Movimento Social, Ativismo e Políticas Públicas

COORDENAÇÃO
Jovanna Baby

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
Jessyka Rodrigues

AUXILIAR DE PESQUISA
Francisco Edmar Fereira

REALIZAÇÃO

FONATRANS BLACK TRANS BRAZIL

APOIO

elas+ tinder

PARCEIROS

Grupo Brasileiro de Promoção da Cidadania GGLOS LGBT · FIOCRUZ · COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS · CONATT · Mães da Resistência · INAMUR INSTITUTO NACIONAL DE MULHERES REDESIGNADAS · RENFA rede nacional de feministas ANTIPROIBICIONISTAS